

A prática profissional dos(as) psicólogos(as) no Sistema Prisional

Organizadores

Conselho Federal de Psicologia (CFP)
Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop)

Pesquisadores(as) do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas responsáveis pelo relatório

Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento
Jacqueline Isaac Machado Brigagão
Tatiana Alves Cordaro Bichara
Sérgio Seiji Aragaki
Peter Kevin Spink

A prática profissional dos(as) psicólogos(as) no Sistema Prisional

1ª Edição
Brasília, DF



2009

*É permitida a reprodução desta publicação, desde que
sem alterações e citada a fonte.*

Disponível também em: www.pol.org.br

1ª edição – 2009

Projeto Gráfico – Wagner Ulisses

Diagramação – Ana Helena Melo | Liberdade de Expressão

Liberdade de Expressão – Agência e Assessoria de Comunicação



atendimento@liberdadedeexpressao.inf.br

Coordenação Geral/CFP

Yvone Duarte

Direitos para esta edição: Conselho Federal de Psicologia

SRTVN 702, Ed. Brasília Rádio Center, conjunto 4024-A

70719-900 Brasília-DF

(11) 2109-0107

E-mail: ascom@pol.org.br

www.pol.org.br

Impresso no Brasil – setembro de 2009

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Conselho Federal de Psicologia

A prática profissional dos (as) psicólogos no Sistema Prisional
/ Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2009.

55 p.

ISBN:

1.Sistema Prisional; 2. Políticas Públicas 3. Psicologia.

RC114.8

XIV Plenário Gestão 2008-2010

Diretoria
Humberto Verona
Presidente

Ana Maria Pereira Lopes
Vice-Presidente

Clara Goldman Ribemboim
Secretária

André Isnard Leonardi
Tesoureiro

Conselheiros Efetivos

Elisa Zaneratto Rosa – Secretária Região Sudeste
Maria Christina Barbosa Veras – Secretária Região Nordeste
Deise Maria do Nascimento – Secretária Região Sul
Iolete Ribeiro da Silva – Secretária Região Norte
Alexandra Ayach Anache – Secretária Região Centro-Oeste

Conselheiros Suplentes

Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Andréa dos Santos Nascimento
Anice Holanda Nunes Maia
Aparecida Rosângela Silveira
Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Jureuda Duarte Guerra
Marcos Ratinecas
Maria da Graça Marchina Gonçalves

Conselheiros Convidados

Aluízio Lopes de Brito
Roseli Goffman
Maria Luiza Moura Oliveira

Coordenação Nacional do CREPOP

Ana Maria Pereira Lopes
Maria da Graça M. Gonçalves
Conselheiras responsáveis

Cláudio H. Pedrosa
Coordenador técnico CREPOP

Mateus C. Castelluccio
Natasha R. R. Fonseca
Assessoria de projetos

Integrantes das Unidades Locais do CREPOP

Conselheiros: Leovane Gregório (CRP01); Rejane Pinto de Me-deiros (CRP02); Luciana França Barreto (CRP03); Alexandre Rocha Araújo (CRP04); Lindomar Expedito Silva Darós e Janaína Barros Fernandes (CRP05); Marilene Proença R. de Souza (CRP06); Ivarlete Guimarães de França (CRP07); Maria Sezineide C. de Melo (CRP08); Sebastião Benício C. Neto (CRP09); Rodolfo Valentim C. Nascimento (CRP10); Adriana Alencar Pinheiro (CRP11); Catarina Antunes A. Scaranto (CRP12); Julianna Toscano T. Martins (CRP13); Marisa Helena A. Batista (CRP14); Izolda de Araújo Dias (CRP15); Mônica Nogueira S. Vilas Boas (CRP16); Alysson Zenildo Costa Alves (CRP17).

Técnicos: Renata Leporace Farret(CRP01); Thelma Torres (CRP02); Úrsula Yglesias e Fernanda Vidal (CRP03); Mônica Soares da Fonseca Beato (CRP04); Beatriz Adura (CRP05); Marcelo Saber Bitar e Ana Maria Gonzatto (CRP06); Karla Gomes Nunes e Silvia Giuliani (CRP07); Carmen Regina Ribeiro (CRP08); Marlene Barbaresco (CRP09); Eriane Almeida de Sousa Franco (CRP10); Évio Gianni Batista Carlos (CRP11); Katiúska Araújo Duarte (CRP13); Mário Rosa da Silva (CRP14); Eduardo Augusto de Almeida (CRP15); Mariana Passos Costa e Silva (CRP16); Bianca Tavares Rangel (CRP17).

Índice

Agradecimentos	9
Apresentação	9
1. Introdução.....	10
2. Metodologia.....	11
3. Análise das informações acerca do cotidiano profissional	13
3.1. Contextualização do campo	14
3.1.1. População atendida.....	15
3.2. Sobre a prática desenvolvida no dia a dia : modos de atuação.....	17
3.2.1. Elaboração de relatórios, laudos, pareceres e avaliações psicológicas.....	19
3.2.2. Atenção Psicológica.....	19
3.2.2.1. Atenção individual à pessoa presa	19
3.2.2.2. Atenção individual aos familiares	19
3.2.2.3. Atenção individual aos(às) funcionários(as).....	20
3.2.2.4. Atenção grupal às pessoas presas	20
3.2.2.5. Atenção grupal aos familiares	21
3.2.2.6. Atenção grupal aos(às) funcionários(as)	21
3.2.3. Pronto-Atendimento	21
3.2.4. Encaminhamentos	21
3.2.5. Reuniões de equipe	21
3.2.6. Acompanhamento extramuros	22
3.2.7. Atuação nas relações institucionais	22

3.2.8. Atuação em rede	22
3.2.9. Elaboração de projetos, pesquisas e produções e práticas acadêmicas	22
3.2.10. Promoção de eventos	23
3.2.11. Recrutamento e seleções	23
3.2.12. Ações em conjunto com a equipe de saúde da pessoa presas	23
3.2.13. Coordenação de biblioteca	23
3.2.14. Reflexões sobre aspectos de dificuldades para a atuação dos(as) psicólogos(as) no campo	23
3.2.14.1. Relação com os agentes penitenciários	24
3.2.14.2. Papel do(a) psicólogo(a) no campo	24
3.2.15. Referencial teórico, conceito e formação	24
3.3. Desafios e estratégias utilizadas para lidar com estes no dia a dia	26
3.3.1. Recursos/Estrutura	26
3.3.1.1. Recursos materiais e estrutura físicas	26
3.3.1.1.1. Formas de lidar.....	27
3.3.1.2. Recursos humanos	27
3.3.1.2.1. Formas de lidar.....	28
3.3.2. Relação com outros profissionais do Sistema Prisional/ Papel do(a) psicólogo(a).....	28
3.3.2.1. Formas de lidar	29
3.3.3. Atuação em equipe	32
3.3.3.1. Formas de lidar	30
3.3.4. Condições de trabalho.....	30
3.3.4.1. Formas de lidar	31
3.3.5. Questões institucionais: sistema penitenciário	31
3.3.5.1. Formas de lidar	32

3.3.6. Procedimentos técnicos institucionais	32	3.5.1.5. Atividades grupais.....	45
3.3.6.1. Formas de lidar	32	3.5.1.6. Oficinas de arte.....	46
3.3.7. Formação profissional.....	32	3.5.1.7. Ações de promoção de saúde conjuntas com a equipe de saúde	46
3.3.7.1. Formas de lidar	33	3.5.1.8. Ações voltadas à promoção de saúde com usuários de drogas	46
3.3.8. Questões éticas na atuação profissional	33	3.5.1.9 Ações de prevenção de DSTs e aids	47
3.3.8.1. Formas de lidar	33	3.5.1.10 Atuação multidisciplinar.....	47
3.3.9. Atuação para retorno à sociedade/convívio social	34	3.5.1.11 Atuação em rede.....	47
3.3.10. Lidar com próprios sentimentos	36	3.5.1.12 Reflexão sobre o fazer psicológico no campo	48
3.3.11. Usuários de drogas	36	3.5.1.13 Atuação com os familiares	48
3.3.11.1. Formas de lidar.....	36	3.5.1.14 Atuação com os agentes penitenciários.....	48
3.3.12. Os preconceitos	37	3.5.1.15 Práticas a serem implantadas ou em processo de implantação	49
3.3.12.1. Formas de lidar.....	36	3.5.1.16 Práticas inovadoras descontinuadas	49
3.3.13. A alta demanda de atendimentos psicológicos	37	3.5.2. Não conheço novas práticas.....	50
3.3.13.1. Formas de lidar.....	37	3.5.3. Não conheço as novas práticas, mas desejo conhecê-las.	50
3.3.14. Atuar em rede	38	3.5.4. Não há práticas inovadoras	50
3.3.14.1. Formas de lidar.....	38	3.6. Interfaces entre as políticas públicas relativas ao Sistema Prisiona l e a Psicologia	50
3.4. Sugestões e comentários adicionais - demandas	38		
3.4.1. Esfera governamental e gestores públicos	38	Considerações Finais	53
3.4.2. Conselhos de Psicologia.....	39	Referências.....	54
3.4.3. Crepop.....	41		
3.4.4. Instituições de ensino	42		
3.4.5. Sugestões e comentários gerais	42		
3.5. Práticas inovadoras	43		
3.5.1. Conheça novas práticas e (em alguns casos) as indico	43		
3.5.1.1. Contato direto, escuta, atenção e acolhimento	43		
3.5.1.2. Atuação dirigida à reinserção social.....	43		
3.5.1.3. Atuação dirigida à implantação das políticas públi cas.....	44		
3.5.1.4. A criação de procedimentos unificados	45		

Lista de siglas

CEAPG/FGV – Centro de Estudos de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas

CDP – Centro de Detenção Provisória

CIR – Centro de Internamento e Reeducação

CPP- Centro de Progressão Provisória

Crepop/CFP – Centro de Referência Técnica em Políticas Públicas e Psicologia do Conselho Federal de Psicologia

Creas– Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CTC – Comissão Técnica de Classificação

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

GF – Grupo Focal/Fechado e Grupos Focais/Fechados

LEP – Lei de Execução Penal

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

PDF1 – Penitenciária do Distrito Federal 1

PF – Penitenciária Feminina

PIR – Plano Individualizado de Tratamento Penal

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSC – Prestação de Serviço Comunitário

RE – Reunião Específica e Reuniões Específicas

SAP – Secretaria de Administração Penitenciária

Sedese– Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social

Sedest – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e do Trabalho

SGA – Secretaria de Gestão Administrativa

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

Suas – Sistema Único de Assistência Social

Agradecimentos

Agradecemos aos(as) psicólogos(as) que participaram da pesquisa pela disponibilidade em compartilhar suas práticas, os desafios e dilemas do cotidiano do trabalho no Sistema Prisional.

Aos técnicos dos Conselhos Regionais de Psicologia que planejaram e executaram os grupos fechados e as reuniões específicas e elaboraram os relatórios para análise.

Os autores deste texto assumem a responsabilidade pela organização, a forma de apresentação das informações da pesquisa e pelas análises e discussões apresentadas no texto.

Apresentação

O relatório da pesquisa sobre a atuação de psicólogos no Sistema Prisional, que o Conselho Federal de Psicologia apresenta aqui, constitui mais um passo no sentido de ampliar o conhecimento sobre a experiência dos psicólogos no âmbito das políticas públicas. E tem contribuído para a qualificação e para a organização da atuação profissional, tarefa para a qual foi concebido o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop).

Fruto do compromisso do Sistema Conselhos de Psicologia com as questões sociais mais relevantes, o Crepop é uma importante ferramenta para os psicólogos que atuam nas políticas públicas em nosso país. Instaurada em 2006, a Rede Crepop vem consolidando suas ações e cumprindo seus objetivos, fortalecendo o diálogo entre a sociedade, o Estado, os psicólogos e os Conselhos de Psicologia.

Como é do conhecimento da categoria, a cada três anos, no Congresso Nacional de Psicologia (CNP), são elencadas as diretrizes políticas para o Sistema Conselhos de Psicologia, visando a ações que coloquem a profissão voltada para as demandas sociais e contribuindo em áreas de relevância social. A cada ano, representantes de todos os CRPs, reunidos na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) avaliam e definem estratégias de trabalho para essas áreas e escolhem alguns campos de atuação em políticas públicas para ser investigadas pelo Crepop no ano seguinte.

As discussões que levam à definição desses campos a ser investigados, ocorrem, antes de chegarem à Apaf, nas plenárias dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal, envolvendo os integrantes da Rede Crepop. Para o ano de 2007, um dos recortes indicados para ser investigado foi o Sistema Prisional.

A partir dessa indicação, a Rede Crepop iniciou um ciclo de pesquisa que incluiu: levantamento dos marcos e normativos da política; busca por psicólogos e gestores nos governos estaduais e municipais; interlocução com especialistas da área; aplicação de questionário on-line dirigido aos psicólogos que atuam nessa área e pesquisas locais sobre essas práticas, por meio de debates diversos (Reuniões Específicas) e grupos de psicólogos (Grupos Fechados).

Desse ciclo resultou uma série de informações que foram disponibilizadas, inicialmente para um grupo de especialistas incumbidos de redigir um documento de referências para a prática, e em seguida para o público, que pôde tomar contato com um conjunto de informações sobre a atuação profissional dos psicólogos no âmbito da proteção de Crianças e Adolescentes.

Parte dessa informação já havia sido disponibilizada no site do Crepop, na forma de relatório descritivo, caracterizado pelo tratamento quantitativo das perguntas fechadas do questionário on-line e também na forma do Boletim Práticas, que relata experiências de destaque desenvolvidas com recursos profissionais da Psicologia; outra parte, que segue apresentada neste relatório, foi obtida nos registros dos Grupos Fechados e das reuniões realizadas pelos CRPs e nas perguntas abertas do questionário on-line.

Efetiva-se assim, mais uma contribuição do Conselho Federal, juntamente com os Conselhos Regionais de Psicologia, no desempenho de sua tarefa como regulador do exercício profissional, promovendo a qualificação técnica dos profissionais que atuam do sistema prisional do Ministério da Justiça.

HUMBERTO VERONA
Presidente do CFP

1. Introdução

O presente texto é um dos produtos da pesquisa nacional realizada pelo Centro de Referência Técnica em Políticas Públicas e Psicologia do Conselho Federal de Psicologia (Crepop/CFP) sobre as práticas do(a) psicólogo(a) no Sistema Prisional. Busca oferecer subsídios para a reflexão e ampliação das ações na prática cotidiana.

A pesquisa referente a este campo ocorreu no período de julho a setembro de 2007. O material quantitativo do questionário on-line foi objeto de análise da equipe do Crepop e estes dados tabulados podem ser acessados em www.crepop.pol.org.br. O Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (CEAPG/FGV-SP) realizou a análise qualitativa das respostas abertas do questionário, dos grupos focais e das reuniões específicas.

A análise teve como foco principal os modos de atuação dos(as) psicólogos(as) nesses Serviços, os desafios e as dificuldades enfrentadas nesse campo e o que foi apontado como práticas inovadoras. Uma versão ampliada desses dados foi utilizada para subsidiar as discussões e a elaboração das diretrizes para a atuação dos(as) psicólogos(as) no Sistema Prisional. Disponível em: www.crepop.pol.org.br/.

Espera-se que ao visibilizar a análise das informações fornecidas pelos(as) profissionais que colaboraram com este estudo, os(as) psicólogos(as), que atuam e/ou estudam o referido campo, possam utilizar o conteúdo desta para pensar e contextualizar as suas ações no dia a dia diante da diversidade de desafios e de possibilidades.

Vale ressaltar que esse campo de atuação é relativamente novo para os profissionais da Psicologia e que, apesar de haver algumas políticas públicas implantadas recentemente, ainda existem dificuldades em levar uma política pública, aprovada em lei, para fazer-se valer, de fato, no cotidiano das ações do sistema prisional.

2. Metodologia

O processo de análise dos dados apresentados aqui está ancorado em uma perspectiva qualitativa de pesquisa, a qual preconiza que a objetividade e o rigor são possíveis por meio da descrição de todos os passos utilizados no processo de pesquisa (SPINK, 1999). Assim, a seguir descreveremos as diferentes etapas da pesquisa e da análise e o modo como esta foi sendo construída.

Os instrumentos utilizados para a coleta de informações foram: um questionário, as reuniões específicas (RE) e os grupos focais (GF) que foram realizados pelos Conselhos Regionais. Os grupos focais reuniram profissionais atuantes no campo da pesquisa com o objetivo de realizar uma discussão mais específica sobre o campo de atuação. As reuniões regionais buscaram discutir as questões relativas às especificidades regionais e as práticas desenvolvidas no sentido de atender as demandas locais. Foi criado um roteiro indicativo (RI) para organização e sistematização dos dados obtidos (Ver Anexos I – questionário e II – RI). Todavia, cada Conselho Regional teve autonomia na realização dos grupos e das reuniões e em alguns Conselhos foram utilizadas outras técnicas de grupos, tais como grupos operativos, a RE foi dividida em dois encontros e não realizaram um dos eventos (RE e GF).

As fontes de informações são diversas e possibilitaram formas de posicionamento e de interlocução diferentes. Dessa forma, entendemos que as questões abertas são descrições da prática do(a) psicólogo(a) feitas como respostas, on-line, às perguntas específicas, enquanto as reuniões específicas e os grupos focais foram presenciais, com a participação de técnicos(as) do Crepop/CFP e de pares atuantes no campo específico,

organizadas a partir de roteiro indicativo, mas que possibilitaram posicionamentos reflexivos, com debates, negociações, consensos e dissensos sobre os temas apresentados.

Tomamos como base a definição de posicionamento como sendo interativo e reflexivo (DAVIES; HARRÉ, 1990), tendo, no primeiro, nos posicionado a partir da fala de outra pessoa e, no segundo, nos posicionado em relação ao posicionamento do outro. Desse modo, entendemos, ao dirigirmos perguntas aos(às) psicólogos(as) que atuam no Sistema Prisional, os(as) estamos posicionando como profissionais atuantes, possuidores de um saber sobre sua prática, mesmo que tenham dúvidas e conflitos sobre ela. Quem lhes endereçou as questões (fechadas, abertas, RE e GF) foi o CFP, o CRP e o Crepop e é para eles que respondem, na tentativa de se fazer ouvir (por meio de uma pesquisa e de seus resultados), refletir, denunciar, queixar e pedir ajuda. Nesse jogo de posicionamentos, constituem-se as respostas e as informações que analisamos, pois, de acordo com Spink (2008):

“(...) Só podemos arguir e discutir, tal como os demais. Temos algo a contribuir porque temos um mínimo de disciplinidade que inclui a vontade de discutir entre nós a validade daquilo que fazemos – como também fazem entre si os especialistas em transplantes de coração, os cozinheiros, os jardineiros, os pedreiros e os presidentes. Somos somente parte de uma ecologia de saberes, cada uma das quais partindo de um ponto distinto e pensando que tem algo a contribuir.” (p. 7)

A análise foi realizada seguindo as seguintes etapas:

1º – Leitura qualitativa dos dados quantitativos, a fim de realizar uma caracterização do campo.

2º – Leitura das quatro questões abertas complementares ao questionário e seleção de temáticas para análise.

3º – Análise qualitativa das questões abertas, seguindo os seguintes passos:

a. leitura de todos os relatos de descrição das ações pelos(as) psicólogos(as);

b. análise de cada uma das quatro questões, tendo sido, para cada uma, estruturada uma sequência analítica que nos permitiu identificar as especificidades das respostas e da interlocução entre os participantes da pesquisa e as questões abertas.

4º – Análise das reuniões específicas e dos grupos focais, a partir de uma caracterização inicial dos tipos de relatórios, metodologias, informações fornecidas e da identificação dos principais temas presentes.

5º – Reflexão crítica das interfaces entre as políticas públicas relativas aos Serviços de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes e a Psicologia.

Nos três instrumentos utilizados, os(as) colaboradores foram informados(as) acerca da realização da pesquisa pelo CFP/Crepop e convidados(as) a participar respondendo às questões do questionário, nas discussões das reuniões específicas e dos grupos focais.

No primeiro, o consentimento para uso das informações foi dado ao final do preenchimento e nos demais esse foi verbal, tendo sido o consentimento, em sua maioria, gravado pelo técnicos responsáveis em cada Conselho Regional.

Para apresentação da análise das informações obtidas em todos os instrumentos, foram escolhidos exemplos que ilustrassem a discussão – que se deu nas reuniões e grupos e as respostas ao questionário – a fim de demonstrar o argumento analítico e contribuir para uma melhor apreensão e compreensão do cotidiano dos(as) profissionais nesse campo. Nos exemplos apresentados foi mantida a escrita original, entre aspas, e indicada a fonte: a) questionário on-line – com os números da questão e

do respondente, b) reunião específica – com a referência ao CRP e à RE e c) grupo focal – com a referência ao CRP e ao GF. Com isso buscou-se preservar informações sobre os(as) colaboradores(as), no entanto sem ocultar todos os dados, uma vez que as descrições específicas se constituíram como elementos imprescindíveis para contextualização do campo e das realidades locais.

3. Análise das informações acerca do cotidiano profissional

Neste estudo, além de contarmos com mais de um instrumento de coleta de dados, como referido acima, tivemos diferentes participantes nas etapas da pesquisa e números variados de colaboradores em cada um deles. Dessa forma, 176 psicólogos(as) responderam o questionário disponibilizado on-line, e 166 responderam às questões abertas sobre o dia a dia. Deste total, 148 (84,1%) são o sexo feminino e 28 (15,9%) do sexo masculino. A maioria dos(as) psicólogos(as) respondeu às quatro questões abertas. Porém, alguns não responderam uma ou mais questões. Portanto, num total de 166 pessoas, obtivemos:

- Questão 1 – sobre a prática desenvolvida no dia a dia : 145 respostas;
- Questão 2 – sobre os desafios e formas de lidar: 135 respostas;
- Questão 3 – sobre as práticas inovadoras: 99 respostas;
- Questão 4 – sugestões e comentários: 78 respostas.

01 - Descreva em detalhes o que você faz em uma semana típica de trabalho, com ênfase nas atividades relacionadas ao campo de DST/Aids (Por favor, descreva de maneira que um(a) psicólogo(a) recém-formado(a) possa compreender).

02 - Quais são os desafios específicos que você enfrenta no cotidiano de seu trabalho e como você lida com estes?

03 - Quais novas práticas você e/ou seus colegas tem desenvolvido ou conhecem que estão produzindo bons resultados que podem ser consideradas uma inovação neste campo. Descreva cada uma dessas novas práticas e indique onde podemos encontrá-la (e-mail ou outra forma de contato).

04 – Sugestões e comentários adicionais.

Nas reuniões específicas participaram 266 profissionais, envolvendo psicólogos(as) e profissionais de outras disciplinas, que trabalham neste campo. Nos grupos focais 119 psicólogos(as) colaboraram. Entretanto, nem todos os Conselhos conseguiram realizar a RE e/ou o GF. No Quadro a seguir apresentamos o número de colaboradores por CRP/Crepop.

Quadro 1: Número de participantes nas RE e GF por região

CRP/Crepop REGIONAL	REUNIÕES ESPECÍFICAS número de participantes	GRUPOS FOCAIS/FECHADOS número de participantes
01	08	03
02	06	06
03	107	12
04	27	43
05	-	-
06	35	03
07	-	08
08	-	-
09 TO	08	01
09 GO	15	08
10	-	09
11	-	01
12	32	06
13	02	02
14	12	10
15	-	-
16	14	07

3.1. Contextualização do campo

As informações acerca do campo foram indicadas principalmente no questionário e nas RE, mas essas não são uniformes, deste modo não foi possível conhecer o número de unidades e de psicólogos(as) de todos os Estados e além de outras especificidades.

No questionário respondido on-line, obtivemos várias informações que nos permitiram uma aproximação deste profissional e de seu trabalho. Conforme Relatório elaborado pelo Crepop (www.crepop.pol.org.br), os profissionais com formação em Psicologia atuantes nesse campo são, em sua maioria, mulheres com idades entre 26 e 35 anos. A maior parte dessas psicólogas atua no campo há mais de 2 e menos de 10 anos. A maioria disse não possuir formação específica, porém grande parte possui especialização em Psicologia Jurídica. As(os) que têm formação obtiveram principalmente por meio de especializações, sendo alguns(mas) mestres(as) e doutores(as).

Os(as) psicólogos(as) informaram atuar predominantemente em organizações públicas. A maioria dos(as) psicólogos(as) trabalham em Unidades Prisionais Estaduais que atuam com regime fechado, porém há psicólogos(as) atuantes em Unidades de Formação ou Administração. Em geral, atuam em equipe multidisciplinar, na maioria dos casos com o(a) assistente social (Ver dados completos no link).

Há significativas diferenças no que se refere às características deste campo de atuação do(a) psicólogo(a), que se dão de acordo com o tipo de unidade vinculada ao Sistema Prisional. Desse modo, vemos profissionais que atuam em penitenciárias de regime fechado, em unidades de regime aberto e de semiaberto, Casas de Custódia, Casas de Albergado ou em Centros de Penas Alternativas, entre outros. Há alguns casos de profissionais que atendem adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

A partir dos dados identificados pelos relatórios das REs e GFs, os(as) psicólogos(as) afirmaram existir: 93 psicólogos(as) atuando na Região 4; 110 na Região 7, 20 na Paraíba, um no Maranhão, 9 em Goiás, 36 na Região 10, 20 no Espírito Santo, 40 no Mato Grosso do Sul e 15 no Mato Grosso.

Assim, destacamos algumas características locais sobre o campo que foram referidas pelos (as) participantes e relatadas pelos técnicos nas REs:

- **CRP 01** – *“Duas psicólogas presentes trabalham no Centro de Observação Criminológica, ligado à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Os outros seis trabalham nos presídios, nas equipes de saúde, e são ligados à Secretaria de Saúde do DF. Os presídios aos quais trabalham são: Centro de Internamento e Reeducação (CIR); Penitenciária Feminina do DF (PFDf); Penitenciária do Distrito Federal 1 (PDF1); Centro de Detenção Provisória (CDP) e Centro de Progressão Provisória (CPP).”*
- **CRP 02** – *“Em Pernambuco todas as instituições são estaduais. O Estado conta com as seguintes unidades prisionais: PSAL - Presídio de Salgueiro, PDEG – Penitenciária Dr. Edvaldo Gomes, PABA – Presídio Advogado Brito Alves, PDAD – Presídio Desembargador Augusto Duque, CPFG – Colônia Penal Feminina de Garanhuns, CRA – Centro de Ressocialização do Agreste, PJPS – Penitenciária Juiz Plácido de Souza, PRRL – Presídio Rorinildo da Rocha Leão, PDEPG – Penitenciária Dr. Ênio Pessoa Guerra, PVSA – Presídio de Vitória de Santo Antão, COTEL – Centro de Observação Criminológica e Triagem Professor Everardo Luna, PI – Presídio de Igarassu, HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, PPBC – Penitenciária Professor Barreto Campelo, PAISJ – Penitenciária Agro-Industrial São João, CPFRR – Colônia Penal Feminina do Recife e PPAB – Presídio Professor Aníbal Bruno.”*

- **CRP 06** – “No caso do Sistema Prisional, as 144 unidades mapeadas são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. É, portanto, uma política estadual, podendo ser complementada por intervenção federal.”
- **CRP 09 GO** – “Não há profissional efetivo atuando na área. Seis psicólogas trabalham na Secretaria de Estado da Justiça e duas na Gerência de Saúde. (...) O número de reeducandos na Agência Prisional de Aparecida de Goiânia é aproximadamente 4 mil, sendo 13 mil o total aproximado de reeducandos no estado de Goiás, segundo as informações dos participantes da pesquisa. O número de psicólogos envolvidos no trabalho na Agência Prisional (incluindo uma estagiária de Psicologia, que já concluiu o curso de graduação) é de 9 profissionais, muitos voluntários, outros desviados de sua função, mas apenas um cargo é específico de psicólogo.”
- **CRP 09 TO** – “Participaram da reunião 07 profissionais (duas psicólogas, três assistentes sociais e uma agente penitenciária, além de uma psicóloga colaboradora do Crepop), todas do sexo feminino, representantes dos municípios de Palmas (Casa de Prisão Provisória de Palmas) Gurupi (Centro de Ressocialização Luz do Amanhã) e Araguaína (Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota)”.
- **CRP 13** – “A Paraíba atualmente conta com 223 (duzentos e vinte e três) agentes penitenciários, sendo destes 94 (noventa e quatro) que atuam em Presídios da cidade de João Pessoa/PB. Há na Paraíba 53 (cinquenta e três) cadeias e 14 (quatorze) presídios, com 20 (vinte) psicólogos lotados em todo o estado e 31 (trinta e um) assistentes sociais.”
- **CRP 14** – “Conforme informado pelos participantes, não há psicólogos em todas as unidades prisionais, havendo em média 40 psicólogos e 40 assistentes sociais no Estado. Dentre as instituições que possuem

psicólogos atuantes estão: Colônia Penal Agrícola, Estabelecimento Penal de Campo Grande, Estabelecimento Penal Jair Ferreira de Carvalho, Estabelecimento Penal de Corumbá, Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã, Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto de Dourados, Instituto Penal de Campo Grande, Patronato, Penitenciária de Segurança Máxima Harry Amorim Costa e Presídio de Trânsito. O público preso é de aproximadamente sete mil, sendo quatro mil presos em Regime semiaberto, aberto e condicional.”

- **CRP 16** – “A atuação do psicólogo no Sistema Prisional no Estado do Espírito Santo fora marcado até maio deste ano pela presença de sete psicólogos atuando nas unidades prisionais, três vinculados a ONGs Instituto Solidário, dois vinculados a uma unidade prisional privada e dois psicólogos na área de gestão vinculados à Secretaria Estadual de Justiça.”

3.1.1. População atendida

A população atendida por esses(as) profissionais é composta de:

- Pessoas presas em regime fechado, semiaberto, aberto, prisão provisória ou núcleo de custódia;
- Familiares das pessoas presas;
- Funcionários(as) e agentes penitenciários(as);
- Alguns adolescentes em conflito com a lei ou egressos de medidas socioeducativas.

A esse respeito os(as) profissionais apontaram algumas especificidades e desafios para lidar com a população atendida em seus cotidianos de trabalho.

Com relação às avaliações e aos laudos encaminhados à Justiça, o CRP 13 relatou na RE que:

“A cada mês são feitas de 30 (trinta) a 40 (quarenta) avaliações e encaminhamentos à Justiça, o grande problema é o retorno destes processos que duram às vezes até um ano. Há situações em que os apenados já ultrapassaram seu período de pena e continuam presos esperando apenas a decisão do juiz.”

O que agrava essa situação e dificulta a atuação dos(as) psicólogos(as) no campo está no relato da RE do CRP 16 que expõe a dificuldade que existe na atuação do profissional do(a) psicólogo(a) com as pessoas presas, pois, como realizam os laudos e os pareceres, acabam sendo rotulados como os(as) únicos(as) responsáveis pela progressão ou não de suas penas: “(...) entre os presos há a visão de que a atuação do psicólogo na unidade pode prejudicá-lo, impondo uma classificação e definindo se ele está apto ou não para cumprir pena em regime semiaberto. Acrescentam que os presos possuem uma visão restrita da atuação do psicólogo, com poucas informações sobre o que a Psicologia tem a oferecer, o que ela faz.”

Com relação ao atendimento aos familiares das pessoas presas, na RE do CRP 13 os(as) profissionais discutiram o fato de que

“muitas vezes o apenado é abandonado pela família, mulher, pai, filhos, etc. São realizados contatos com a família para tentar reatar esses laços, mas segundo os profissionais muitas vezes não há sucesso. Em outras ocasiões as famílias procuram o serviço para saber qual a situação do apenado.” O relato da RE do CRP16 acrescenta que “outra dificuldade apontada é lidar com o preconceito da família do preso em relação à volta para a casa, principalmente em presos com problemas mentais. Foi colocada a necessidade de fazer um trabalho de acompanhamento com os familiares.”

A questão da dependência química é um fator relevante no trato com as pessoas presas no cotidiano do campo, como indica o relato da RE do CRP 16: “A maioria da população carcerária sofre de dependência

química (...)”. Além disso, alguns(mas) profissionais gostariam de realizar atendimentos em grupos sobre aspectos referentes ao álcool e as drogas, porém apontam, em alguns casos, a dificuldade que possuem com o espaço físico adequado para a realização desta atividade, como indica a RE do CRP 14: “(...) os profissionais enfatizaram: estrutura física inadequada para atendimentos em grupo (...)”.

Outro aspecto a ser considerado é a dificuldade que os(as) profissionais identificam no trabalho com os agentes penitenciários. Na RE do CRP09-TO foi relatado este desafio como consenso com relação à

“Falta de capacitação e humanização dos Agentes Penitenciários, que apresentam formação repressora, policial; Desrespeito dos agentes penitenciários em relação aos reeducandos e aos demais profissionais; (...) Grande resistência inicial dos agentes em relação à introdução do trabalho do psicólogo e da assistente social no sistema prisional”.

Como proposta para esta questão, na RE do CRP 16,

“Foi enfatizada pelos psicólogos a necessidade de trabalhar com os funcionários da Unidade Prisional (policiais, corpo administrativo, diretores), de envolvê-los nos projetos dos técnicos, contudo, destacam o reduzido número de profissionais para realizar esse trabalho”.

Muitas vezes, os agentes penitenciários acabam dificultando o atendimento dos(as) psicólogos(as) às pessoas presas, como relata o CRP13 na RE: “Os próprios agentes impedem os apenados subirem quando estes solicitam. Eles é que fazem a triagem dos que serão atendidos, sobem quem eles querem.”

O relato do GF do CRP01 explicita a dificuldade que os(as) psicólogos(as) vivenciam em suas atuações cotidianas no campo e as conquistas que realizam com o apoio das políticas públicas implantadas:

“Já o programa de orientação à dependência química é um programa que foi muito batalhado mas nunca havia disponibilidade dos policiais

para que ajudassem porque o preso precisa de uma escolta policial e a direção nunca topava a ideia de grupo dentro do presídio, mas eu e a terapeuta ocupacional sempre acreditamos numa terapia de grupo para esse tipo de trabalho e a gente poderia estar vendo vários internos ao mesmo tempo e agilizar o trabalho. (...) Com o surgimento da lei (...) as coisas mudaram e conseguiram que o diretor desse o aval para que fizessem o trabalho de grupo lá”.

Outros aspectos em relação à população atendida serão discutidos na apresentação dos desafios do dia a dia dos(as) psicólogos(as).

3.2. Sobre a prática desenvolvida no dia a dia: modos de atuação

Os(as) psicólogos(as) no campo do Sistema Prisional, na maioria dos casos, realizam suas ações individualmente, às vezes em duplas com assistentes sociais, e discutem casos, fazem avaliações, pareceres e laudos psicológicos em equipes multidisciplinares.

A atividade mais solicitada aos(as) psicólogos(as) é a de elaborar laudos, pareceres e relatórios técnicos com avaliações psicológicas/periciais das pessoas presas no momento em que ingressam nos presídios ou durante o cumprimento de suas penas, para terem acesso aos benefícios – progressão de regime e livramento condicional.

Grande parte dos(as) profissionais que responderam os questionários realiza entrevistas, anamnese, testes psicológicos e triagem na entrada da pessoa presa ao Sistema Prisional com o objetivo de preencher o Exame Classificatório (formulário elaborado pelo Estado) e definir a periodicidade de atendimentos e os encaminhamentos necessários a cada pessoa. Com esses dados, elabora um relatório da avaliação psicológica, o qual é encaminhado à Comissão Técnica de Classificação (CTC), onde, em

equipe multidisciplinar, elaboram o Plano Individualizado de Tratamento Penal (PIR). O PIR é acompanhado pelos(as) psicólogos(as) em atendimentos agendados previamente, com alguma periodicidade definida de antecedência, ou, solicitados, em caráter emergencial, pelas pessoas presas – por meio de bilhetes –, pelos funcionários ou demais profissionais que atuam com as pessoas detentas.

Apresentamos abaixo uma das respostas que demonstra com bastante clareza este processo:

“Bom, resolvi detalhar cada dia com a programação estabelecida por mim. Na Unidade Prisional em que atuo, estão cumprindo pena 160 homens no regime semi aberto. Sou a única psicóloga do estabelecimento e já estou lá há cinco anos. Portanto, necessito de uma agenda bem definida para poder manter a qualidade do serviço. Às segundas, realizo em média oito entrevistas iniciais com os presos recém-chegados(temos o prazo de 30 dias após a entrada dos mesmos para realizar estas entrevistas, onde preenchemos o Exame Classificatório (Formulário padronizado pelo Estado que consiste em 70 perguntas desde a sua infância até o momento atual) e com base nesta anamnese relatamos nossa avaliação inicial sobre o sentenciado e definimos com o mesmo a periodicidade dos próximos atendimentos, caso detectamos alguma demanda específica para o setor. Essa avaliação inicial será levada à CTC (Comissão técnica de classificação para elaboração do Plano Individualizado de tratamento penal-PIR. Terças e quartas, realizo os acompanhamentos mensais, bimestrais e trimestrais dos sentenciados que já passaram pela CTC e já possuem definidos a periodicidade dos atendimentos (São as entrevistas onde realizamos diálogos terapêuticos.). Quintas, participação na CTC (participam enfermeira, pedagoga, serviço social, psicólogo, produção, segurança, capelão, advogada, diretor-geral e diretor de ressocialização), onde é confeccionado o PIR e discutido várias situações referentes aos atendimentos aos presos. Nas

sextas realizo os atendimentos chamados de emergenciais, que são agendados pelos sentenciados, onde acompanho demandas mais específicas, trazidas pelos mesmos.” (1.56)

Identificamos, por meio dos três instrumentos, as atividades dos(as) profissionais que atuam no campo Sistema Prisional: 1. Elaboração de relatórios, laudos, pareceres e avaliações psicológicas; 2. Atenção psicológica individual e grupal; 3. Pronto-atendimento; 4. Encaminhamentos; 5. Reuniões de equipe; 6. acompanhamento extramuros; 7. Atuação nas relações institucionais; 8. Atuação em rede; 9. Elaboração de projetos, pesquisas e produções e práticas acadêmicas; 10. Promoção de eventos; 11. Recrutamento e seleção; 12. Atuação conjunta com a equipe de saúde; 13. Coordenação de biblioteca.

3.2.1. Elaboração de relatórios, laudos, pareceres e avaliações psicológicas

Os(as) profissionais deste campo, em quase todas as respostas, disseram realizar relatórios, laudos, pareceres e avaliações psicológicas sobre as pessoas presas para subsidiar:

- procedimentos de guarda para o juizado da infância;
- para transferência de presos(as) de unidade;
- para a obtenção de benefícios de progressão de regime (de fechado para semiaberto e de semiaberto para aberto);
- livramento condicional e laboral;
- encaminhamento dos(as) presos(as) em situação de sofrimento mental para desinternação ou internação psiquiátrica;
- determinar se o(a) preso(a) tem condições ou não de retornar à sociedade;
- atestar sobre a sanidade mental, como a dependência toxicoló-

gica dos(as) presos(as) e a possibilidade ou não do(a) preso(a) realizar trabalhos fora dos muros dos presídios.

Estes documentos têm como objetivo subsidiar o Sistema Judiciário, a Vara de Execuções Penais e as Instâncias Superiores nas decisões com relação às vidas das pessoas em situação de privação de liberdade, no que diz respeito a sua reintegração ou não na sociedade, tendo como base avaliações psicológicas sobre seus estados “mentais”.

Os instrumentos utilizados para avaliação mais citados nos relatos foram: entrevistas diretas, semidiretas, de triagem e de anamnese. Os testes psicológicos também são usados para subsidiar as avaliações psicológicas que realizam sobre os casos.

As entrevistas são feitas, na maior parte das vezes, na entrada da pessoa no presídio ou com aqueles que estão pleiteando mudança de regime.

O primeiro contato com as pessoas detentas tem múltiplas funções: iniciar o processo de avaliação, informá-los sobre os modos de funcionamento da unidade, os seus direitos e de suas famílias, além de realizar uma triagem para avaliar os possíveis encaminhamentos.

Os(as) psicólogos(as) discutiram nos GFs e nas REs sobre os exames criminológicos e os laudos de avaliação das pessoas detentas. Nos relatos aparecem muitas críticas à excessiva demanda de laudos, bem como críticas aos modos como são realizados esses procedimentos, devido à ausência de recursos materiais, instrumentos para o psicodiagnóstico e muitas vezes tempo necessário para uma avaliação. Os exames criminológicos também são referidos pelos(as) psicólogos(as) como instrumento cercado de desconhecimento e de mitos que interferem nas relações estabelecidas entre os(as) profissionais da Psicologia e as pessoas presas, impedindo por vezes a atuação em psicoterapia. Como indica o relato abaixo:

“Não conseguimos mais fazer o trabalho de atendimento, porque ficamos

à mercê do exame criminológico, a pedido dos juízes de execução penal; trabalho este que traz bastante transtornos, porque recebemos ameaça de morte, porque eles (presos) acreditam, e são reforçados pelos pedidos indeferidos para progressão de regime pelos juízes, que nossas avaliações é que são as responsáveis pelo deferimento/indeferimento para progressão de regime.” (GF/CRP09GO)

Os exames criminológicos também são associados a uma leitura restrita por parte das pessoas presas sobre o papel dos(as) psicólogos(as) dentro do Sistema Prisional:

“No evento houve a participação de alguns agentes de segurança que destacaram que entre os presos há a visão de que a atuação do psicólogo na unidade pode prejudicá-lo, impondo uma classificação e definindo se ele está apto ou não para cumprir pena em regime semiaberto. Acrescentam que os presos possuem uma visão restrita da atuação do psicólogo, com poucas informações sobre o que a Psicologia tem a oferecer, o que ela faz.” (RE/CRP 16)

3.2.2. Atenção Psicológica

A atenção psicológica que prestam aparece nas respostas dos(as) psicólogos(as) de como sendo de dois modos: individual e grupal e são atendimentos voltados para a pessoa presa, seus familiares e para os funcionários das unidades. Esses tipos de atenção são trabalhados de diferentes maneiras e com diferentes objetivos, como apontamos nos itens seguintes.

3.2.2.1. Atenção individual à pessoa presa

Com relação à atenção individual, esta pode se dar por meio de:

atendimento psicológico, atendimento psicoterapêutico, diálogo, acolhimento, acompanhamento, orientação, psicoterapia (humanista) breve, psicoterapia de apoio, atendimento ambulatorial, entre outros.

Estes atendimentos individuais podem ser solicitados pelo(a) próprio(a) preso(a), pelos funcionários, pelos familiares ou demais profissionais que atuam junto à pessoa detenta. De acordo com as respostas os objetivos destes atendimentos são:

- compreendê-los(las);
- avaliar seus estados mentais;
- acolhê-los(las) em situações de crises;
- orientá-los(as) a participar de programas sobre o uso de substâncias entorpecentes;
- informá-los(as) sobre sua patologia;
- dar suporte psicológico aos(às) pacientes portadores(as) de sofrimento mental;
- escutar demandas de pessoas encarceradas;
- orientá-los(as) sobre mudança de regime;
- realizar acompanhamento sistemático do(a) sentenciado(a) para que SE conscientize de seu ato criminal e o aceite;
- promoção de saúde e defesa dos direitos humanos.

3.2.2.2. Atenção individual aos familiares

Nos relatos aparecem referências a diferentes modos de atuação com os familiares: entrevistas, orientações, acolhimento e escuta, psicoterapia e atendimentos para compartilhar informações.

Os principais objetivos das/dos psicólogos(as) ao realizar esta atividade são: informar aos familiares do(a) preso(a) suas condições de saúde

e o acompanhamento de seu caso; informar sobre a inclusão em presídio de algum familiar; orientar os familiares para receberem de volta a pessoa que esteve presa; entrevistá-los para melhor compreensão de cada caso, entre outros.

3.2.2.3. Atenção individual aos(as) funcionários(as)

Os(as) psicólogos(as) desse campo atuam diretamente com os(as) funcionários(as) dos presídios realizando orientações, avaliações, entrevistas e encaminhamentos para os serviços especializados. As demandas são oriundas dos(as) próprios(as) funcionários(as) ou dos demais profissionais da equipe.

3.2.2.4. Atenção grupal às pessoas presas

Com relação à atenção grupal, também identificamos diferentes abordagens, teóricas e práticas, que são utilizados pelos(as) psicólogos(as) com múltiplos objetivos. Nos relatos, a atenção grupal foi apontada como: atendimento em grupo, psicoterapia de grupo, grupo operativo, oficinas terapêuticas, grupos de conscientização, grupos de reflexão, entre outros.

Os atendimentos grupais, assim como os individuais, podem ser solicitados pelas próprias pessoas presas, pelos funcionários, pelos familiares ou pelos profissionais do campo.

Os grupos são referidos como estratégias úteis para diferentes finalidades que vão desde reuniões grupais para assistir a filmes educativos, palestras, preparação para a saída da instituição até grupos terapêuticos com objetivo específico de trabalhar a dependência química.

Os dilemas do atendimento em grupo dentro do sistema prisio-

nal foram discutidos pelos(as) participantes dos grupos e das reuniões. Apesar de os(as) profissionais da Psicologia acreditarem na importância do trabalho em grupo, muitas vezes, estes são impedidos de realizar este tipo de atendimento porque são contrários aos princípios de segurança da unidade:

“Os psicólogos dos presídios fazem mais acolhimento individual, mas realizam grupos também, em algumas unidades, com no máximo três internos que vão algemados. A direção não permite se não for assim.” (RE/CRP01)

Por outro lado, aparece um relato da realização de um grupo de orientação à dependência química que está alcançando êxito:

“Já o programa de orientação à dependência química é um programa que foi muito batalhado mas nunca havia disponibilidade dos policiais para que ajudassem porque o preso precisa de uma escolta policial e a direção nunca topava a ideia de grupo dentro do presídio. “Mas eu e a terapeuta ocupacional sempre acreditamos numa terapia de grupo para esse tipo de trabalho e a gente poderia estar vendo vários internos ao mesmo tempo e agilizar o trabalho”. Com o surgimento da lei que fala do cumprimento da pena e do artigo 33, que é o uso de drogas, as coisas mudaram e conseguiram que o diretor desse o aval para que fizessem o trabalho de grupo lá. E já estão na terceira turma. “É muito gratificante para a equipe de saúde que trabalha com isso. É o único trabalho que a gente vê que há prevenção primária e promoção de saúde também”. (GF/CRP01)

A discussão sobre o atendimento em grupo remeteu à discussão sobre a autonomia do(da) psicólogo(a) dentro do sistema. Alguns relataram a insatisfação de não poder planejar os modos de atuação nesse campo. Como indica o exemplo abaixo:

“Autonomia – os psicólogos não têm autonomia de fazer nada, sempre

tem alguém da própria instituição que os impede. Até a própria direção que hoje é de uma psicóloga não entende nem sequer o objetivo das dinâmicas que usamos com os pacientes. Há um interesse, há uma demanda, mas não temos autonomia para viabilizar.” (RE/CRP13)

3.2.2.5. Atenção grupal aos familiares

Foi explicitada apenas uma atividade grupal com os familiares: “(...) Atendo as esposas dos presos em atividades grupais. A cada semestre elas escolhem um tema como questão central (...).” (1.18).

3.2.2.6. Atenção grupal aos(as) funcionários(as)

Os grupos com funcionários(as) são realizados com o objetivo de treinamento e a disseminação de informações, como exemplificam os relatos abaixo:

“(...)Elaboração de treinamento direcionado aos agentes penitenciários (em fase de elaboração) (...) Palestras sobre temas de interesse geral aos internos e funcionários da administração. (...)” (1.160).

3.2.3. Pronto-Atendimento

De acordo com os relatos, a instituição prisional, devido ao seu caráter punitivo e de restrição de liberdade, parece facilitar o surgimento de angústias e o aflorar de conflitos de diversas ordens. Esses conflitos muitas vezes são potencializados pelas relações de poder entre as pessoas detentas e entre estas e os funcionários. Todos esses fatores contribuem para a necessidade de atendimentos de emergência.

Os participantes da pesquisa se referem a intervenções de emer-

gência em casos de tentativas de suicídio, necessidades urgentes de atendimentos psicológicos, em alguns casos, até mesmo “junto à grade”, entre outros.

3.2.4. Encaminhamentos

De modo geral, os(as) profissionais da Psicologia que atuam no sistema prisional estabelecem uma relação com as pessoas detentas que lhes permitem identificar dificuldades e demandas a ser atendidas e que precisam ser encaminhadas à rede mais ampla de suporte. Assim, dentre as tarefas citadas pelos(as) profissionais do campo está a de realizar encaminhamentos das pessoas presas, na maioria das vezes a outros profissionais e serviços disponíveis na rede de atenção médica, jurídica ou psicossocial.

3.2.5. Reuniões de equipe

Os relatos indicam que, na maioria das vezes, o trabalho dentro do Sistema Prisional é desenvolvido individualmente pelo(a) psicólogo(a) e que há uma rotina de planejamento e de avaliação das ações, o que é realizado em equipe. Desse modo, aparecem diferentes tipos de reuniões: há reuniões das quais somente participa a equipe “psi” com a equipe técnica e outras com equipe interdisciplinar e multidisciplinar. Também apontaram participação em reuniões com a diretoria e com juízes. Os objetivos das reuniões muitas vezes são classificar e definir o plano individualizado de acompanhamento da pessoa sentenciada (CTC e PIR), para avaliar, discutir e estudar casos. Além dessas, aparecem também discussões informais que auxiliam no trabalho.

3.2.6. Acompanhamento extramuros

Alguns(mas) dos(as) profissionais relataram acompanhar as pessoas presas em atividades fora dos presídios. Essas atividades muitas vezes visam a auxiliar no processo de ressocialização dos detentos ou estão relacionadas aos cuidados com a saúde.

3.2.7. Atuação nas relações institucionais

Os(as) profissionais que participaram do estudo relataram realizar atividades que buscam melhorar as condições de vida dentro do presídio e as relações entre as pessoas internas e a relação destes com a instituição como um todo. Além disso, relataram também atuar em atividades dentro da instituição que visam à ressocialização e que podem facilitar a manutenção dos vínculos com o mundo exterior.

Apresentamos, abaixo, alguns exemplos desta atuação:

"(...) visita às oficinas de trabalho; visita aos pavilhões." (1.28)

"(...) Acompanhamento das condições de encarceramento com vistas à prevenção de transtornos mentais (...)." (1.49)

"(...) mediação das necessidades do interno em relação a questões de segurança individual (integridade física) – internos com problemas de convivência, necessidade de transferência, em situações de risco de morte iminente, elaboração de memorandos, solicitações à direção e esclarecimentos acerca da situação enfrentada pelo interno (...)." (1.40)

"(...) gerenciamento de atuação entre segurança e setor técnico." (1.17)

"Práticas de geração de crédito e renda, práticas de reinserção do criminoso na sociedade, práticas com a sociedade civil para compreensão das dificuldades dos criminosos, possibilitar trabalho e renda, possibilitar sa-

tisfações e necessidades." (1.61)

3.2.8. Atuação em rede

A atuação em rede foi muito pouco mencionada dentre os relatos dos(as) profissionais nos questionários respondidos. E quando apareceu não houve nenhum detalhamento sobre essas ações e os tipos de parceria realizados. Porém, identificamos, nos relatos das GFs e REs, a necessidade de articulação em rede e a dificuldade que possuem em atuar desta maneira. São poucos(as) os(as) profissionais que atuam em rede nesse campo.

Apresentamos abaixo alguns relatos sobre esse aspecto:

"Os profissionais informaram que não há rede de referência articulada, mas enfatizaram a importância da criação desta rede para a discussão com os demais profissionais e a sociedade como um todo, uma vez que há ausência da defensoria pública e demais órgãos públicos dentro das unidades prisionais." (RE/CRP14)

"Muitas unidades trabalham de forma isolada. Não tem um veículo onde possam compor um grupo de discussão e ajuda mútua. Muitos psicólogos encontram espaço de discussão apenas quando participam de algum evento." (RE/CRP06)

3.2.9. Elaboração de projetos, pesquisas e produções e práticas acadêmicas

Foi possível observar que alguns(mas) dos(as) profissionais que responderam ao questionário referiram realizar ações reflexivas acerca do campo: estudando, pesquisando, supervisionando estagiários, escrevendo artigos, dissertações, entrevistando funcionários(as) e presidiários(as),

implementando projetos, entre outras. Na maioria das vezes essas atividades visam a subsidiar as práticas realizadas neste campo.

3.2.10. Promoção de eventos

Alguns(mas) profissionais disseram em suas respostas, realizar eventos culturais, comemorativos e recreativos nas unidades penitenciárias em que atuam. Essas atividades são direcionadas às pessoas presas e aos(as) funcionários(as).

Destacamos dois exemplos referentes a essa ação:

"(...) Promoção de eventos dentro da unidade - comemoração dia das mães, pais, crianças, festas juninas, natalinas etc." (1.62)

"(...) Elaboração e implementação de atividades culturais e recreativas direcionados aos presos e funcionários da administração (...)" (1.160)

3.2.11. Recrutamento e seleção

Dentre os participantes da pesquisa apenas dois referiram-se ao recrutamento e seleção de pessoal para atuar nos presídios. Abaixo, apresentamos dois exemplos desta ação:

"(...) Recrutamento e Seleção de Funcionários" (1.115)

"ENTREVISTAS E SELEÇÃO DE PESSOAL PARA TRABALHAR" (1.73)

3.2.12. Ações em conjunto com a equipe de saúde da pessoa presa

Os(as) participantes também se referiram a realização de ações em conjunto com a equipe de saúde que são especificamente dirigidas à pre-

venção e ao acompanhamento de tratamento de doenças físicas.

Seguem, abaixo, exemplos dessa atuação:

"(...) Controle de medicamentos e insumos (...)" (1.30)

"(...) aconselhamentos pré e pós-testagem para hiv e tuberculose/entrega de exames médicos." (1.64)

"(...) ENTREGA DE EXAMES DE HIV, SÍFILIS E HEPATITE JUNTO À ENFERMAGEM (...)" (1.70)

3.12.13. Coordenação de biblioteca

De modo geral, os(as) participantes da pesquisa não se referiram a atividades relacionadas a livros e bibliotecas, apenas uma, entre todas as respostas, apareceu um(a) profissional que atua como coordenador(a) da biblioteca, controlando os empréstimos de livros realizados pelas pessoas internas. Segue fala desse(a) psicólogo(a):

"(...) Sou responsável pela coordenação da biblioteca, e semanalmente verifico a quantidade de livros emprestados aos internos (...)" (1.132)

3.2.14. Reflexões sobre aspectos de dificuldades para a atuação dos(as) psicólogos(as) no campo

Alguns aspectos relevantes para a atuação do(a) profissional psicólogo(a) no campo foram indicados nos relatos dos GFs e das REs. São reflexões voltadas para as dificuldades existentes na relação com os agentes penitenciários e com o papel do psicólogo no Sistema Prisional.

² Provavelmente isto ocorre no caso de terceiros porque a maioria dos funcionários são concursados.

3.2.14.1 Relação com os agentes penitenciários

O trabalho no Sistema Prisional muitas vezes depende de escolta policial e de apoio dos agentes prisionais para chamarem as pessoas presas ou para facilitarem o acesso do(a) psicólogo(a) a elas. Eles(as) apontaram dificuldades de diversas ordens permeando essas relações: alguns parecem não compreender o papel dos(as) psicólogos(as) perante as pessoas detentas, outros estabelecem uma relação de exercício de poder com as pessoas presas e criam impedimentos para os atendimentos psicológicos e há, ainda, os que gostariam de ter direito a atendimento psicológico para eles e para suas famílias, assim como possuem as pessoas em privação de liberdade. Como indicam os relatos abaixo:

“Lidar com os policiais, às vezes, é muito mais difícil que lidar com os internos. Aqueles acham que não se deve ajudar quem não merece ajuda, no caso, os presos. Muitos colocam “Pôxa, até o ladrão tem psicólogo e a gente não tem” ou então “Pôxa, psicólogo pra preso, hein? Nem eu que sou trabalhador e pai de família tenho direito”. (GF/CRP01)

“Para eles existe a questão da cultura organizacional pois os funcionários dos presídios não estavam preparados para a chegada de uma equipe com médico, enfermeiro, psicólogo e assistente social, todo mundo querendo trabalhar. Isso criou um impacto muito grande, “quebrou um pouco as relações de poder”. Citam como exemplo a política da caixinha de remédio. Antes, eram os policiais que tinham o controle sobre a caixa de remédios para os pacientes. Com a chegada da equipe de saúde, o controle passou para ela. (RE/CRP 01)

3.2.14.2 Papel do(a) psicólogo(a) no campo

A discussão sobre o papel do(a) psicólogo(a) direcionou-se para a compreensão das contradições existentes na realidade do campo. Foi apontado como tarefa do(a) profissional psicólogo(a), o compromisso de melhorar as condições de vida no presídio, bem como transformar a cultura institucional e garantir os direitos das pessoas presas. Seguem os relatos dessa discussão em diferentes conselhos regionais:

“A polícia tem um olhar, tem um estereótipo, tem um modelo para o bandido. Em cima disso a justiça julga, se pensarmos somente no preso e não no contexto provavelmente vamos nos equivocar”. Desse modo, a palestrante enfatiza que o psicólogo deve ter o compromisso social com o preso. Deve contribuir para a sua emancipação, potencializar a construção de um projeto de vida, contribuindo para a transformação da realidade.” (RE/CRP16)

“(…) o sistema prisional apresenta suas fragilidades, contradições e dificuldades pois há ainda a cultura de que os presos não são gente, são animais. E ainda há uma visão de muita repressão e opressão. Mas aos poucos tentam construir um espaço lá dentro buscando o apoio de policiais e direção no atendimento aos internos.” (GF/CRP01)

3.2.15 Referencial teórico, conceito e formação

Nos relatos dos GFs e REs foram indicados vários referenciais teóricos e conceitos utilizados para a atuação no campo. Eles referiram dificuldades encontradas no campo devido às limitações da formação profissional na graduação. Como indica a citação abaixo:

“Os profissionais concordaram também com relação a formação universitária que é voltada para a clínica e hospitalar, não propiciando um pre-

para adequado para a formação de profissionais atuarem em políticas públicas.”(RE CRP14)

Dentre os relatos dos(as) profissionais estão diversas teorias com ênfase no campo da Psicologia clínica, como a psicanálise e a psicoterapia breve. Nas falas, fica evidente também a utilização de conceitos e reflexões de outras áreas, úteis para o trabalho neste campo, como a leitura institucional, a Psicologia jurídica, conceitos de saúde mental, direitos humanos, violência, teoria da Gestalt, abordagem focal e comportamental, Psicologia comunitária, social, fenomenologia, Psicologia hospitalar e psicodrama. Veja o quadro a seguir:

CRP	Referencial Teórico e Conceitos
01	“(…) citaram a psicanálise como teoria que mais influencia. (…). A Psicologia social crítica também foi citada (…). Outro psicólogo colocou os conceitos mais utilizados, como: Manipulação perversa: onde os internos manipulam a equipe para conseguir benefícios. Reforço: diálogo com a escolta policial para que esta não reforce comportamentos inadequados. Autoestima: exemplo de conceito trabalhando com os internos nos grupos de orientação em dependência química “no grupo, damos aula de autoimagem e autoestima e gostam porque não estão acostumados a olhar para si mesmos.”
02	“As teorias de base humanista, existencial fenomenológica, psicanálise, psicoterapia breve, grupo operativo e demais teorias de grupo.”
06	Não há relato.
09 TO	“O conceito teórico que norteia o trabalho é a Psicologia jurídica, com aplicação e ênfase na área comportamental e psicodrama.”

09 GO	“As orientações teóricas dos profissionais são: Psicologia Comunitária, Social, Hospitalar, Psicanálise, Comportamental Cognitiva, Psicoterapia Breve, Psicopatologia, Psicodrama, Fenomenologia.”
13	“(…) a área mais valorizada é a clínica, apesar de que houve alguma referência à necessidade da Psicologia jurídica, a ser focalizada no ensino universitário e a necessidade de conhecimento do sistema penitenciário.
14 MT	“As teorias e conceitos que mais influenciam a atuação dos psicólogos nas unidades são a teoria existencialista social; teoria freudiana com o objetivo de perceber, respeitar e ajudar os outros, além da compreensão do inconsciente; psicoterapia breve; teoria cognitiva comportamental como técnica de mudança de comportamento; teoria humanista e fenomenológica; teoria da Gestalt; direitos humanos e Psicologia social.”
14 MS	“Com relação as teorias e conceitos que influenciam no modo de pensar e de atuar do psicólogo nas unidades, os mesmos descreveram que utilizam: Teoria psicanalítica; autores como Alvino, Antônio Serafim, Rigonatti, Hilda Moreno; base analítica e psicoterapia breve; conceitos de direito inerentes a pessoa humana; Constituição Federativa do Brasil; compreensão do homem como passível de erros mas como capacidade de “recuperação” e consideração na avaliação que o meio social em que se encontra mudanças acontecem; Psicologia Comportamental e social; Conceito próprio quanto à religiosidade; Gestalt e conceitos humanistas. Alguns psicólogos informaram que há uma carência de teorias mais específicas sobre o Sistema Prisional.”

16	<p>“Há consenso entre os profissionais da importância de trabalharem com conceitos, destacam que a leitura institucional (leis, documentos na área) e estudos na área da Psicologia jurídica, saúde mental, direitos humanos, violência são um importante instrumento para a construção do papel do psicólogo na Unidade Prisional. Também foi citado o uso da Psicologia Clínica, teoria Gestalt – princípio existencial humanista.”</p>
----	---

3.3. Desafios e estratégias utilizadas para lidar com estes no dia a dia

Nas respostas às questões abertas, nos grupos e nas reuniões específicas, os(as) psicólogos(as) falaram de diversos desafios encontrados no desenvolvimento do trabalho, como também sobre as estratégias utilizadas para lidar com estes no dia a dia. Estes desafios estão intrinsecamente associados aos modos de atuação descritos anteriormente e que foram separados para facilitar a leitura das informações e para destacar o que é entendido por desafios pelos(as) profissionais do campo. Apresentamos, a seguir, as principais temáticas identificadas nos relatos trazidos pelos(as) psicólogos(as) sobre os desafios que enfrentam cotidianamente no Sistema Prisional. Organizamos as informações em temáticas onde apresentamos os desafios e os modos de lidar que foram relatados pelos(as) profissionais nos grupos, reuniões e questionários.

3.3.1. Recursos/Estrutura

A falta de recursos materiais e financeiros, humanos e de espaço físico adequados para uma boa atuação no campo apareceu de diferentes

modos nas respostas, conforme destacamos a seguir.

3.3.1.1. Recursos materiais e estrutura física

Os(as) profissionais relataram, nos três instrumentos, a falta de equipamentos (computadores, ventiladores etc), de recursos financeiros para a implantação de projetos/atividades socioeducativas e falta de recursos técnicos, tais como: testes psicológicos, projetivos e de personalidade, bem como a precariedade de alguns presídios e alguns problemas relativos à ausência de espaço físico adequado para a realização de uma boa atuação dos(as) psicólogos(as), como salas para atendimento individual e grupal/familiar, situação que, muitas vezes, impossibilita a realização do trabalho dos(das) psicólogos(as). Vejamos os relatos abaixo:

“Limitações de material, pessoal e perspectiva de crescimento. Algumas das principais queixas referem-se a precariedade com que muitas unidades trabalham. Faltam computadores, material de escritório, salas de atendimento e, por vezes, psicólogos para completar a equipe.” (RE/CRP06)

“Estrutura física precária. As salas e banheiros são inadequados, úmidos, falta transporte, água potável, materiais didáticos e de limpeza – papel higiênico. Faltam lugares para o reeducando dormir: numa cela que cabem 3 pessoas, ficam 14. “O ambiente é feio, as salas de atendimento precisariam ser mais alegres” – fala de uma participante.” (RE/CRP16)

“Condições físicas do local de trabalho inadequadas. Salas pequenas, sem iluminação adequada, quentes (insuportáveis quando bate o sol da tarde), com material permanente (mesas, cadeiras) precário, paredes descascadas em algumas delas, sem limpeza adequada, sem acústica, nem sigilo. Há ar-condicionado apenas em uma das salas, aonde se desenvolvem terapias em grupo.” (GF/CRP09GO)

“Falta material disponível para aplicação de testes e dinâmicas, além de materiais básicos como papel, caneta, lápis e requisições para chamar os reeducandos para atendimento. “Existe um teste de Rorschach para toda a equipe, um computador e uma impressora que não funciona. Xerox só tem uma para toda a instituição” – escrita de uma participante.” (GF/CRP09GO)

“No presídio como um todo, as acomodações estão mofadas e faltam condições básicas de higiene e alimentação. Não há água potável nem para os profissionais, que devem comprá-la com recursos próprios.” (GF/CRP09GO)

“Não se tem carro disponível para locomover o profissional de uma unidade para outra, tendo este que se desdobrar do jeito mais inadequado para atender, chegando cansado, suado ou molhado – se estiver chovendo – para atender os reeducandos” – escrita de uma participante.” (GF/CRP09GO)

3.3.1.1 Formas de lidar

Foi assinalado que um modo para lidar com estas dificuldades de infra-estrutura e de falta de materiais: buscando alternativas de adequação entre o que há disponível e as necessidades de cada caso, utilizando o espaço que possuem e realizando neste o melhor trabalho possível. Outra estratégia utilizada é a negociação do uso espaço com os demais profissionais. Seguem os relatos:

“Mesmo com as carência e dificuldades procuro exercer minhas atividades o melhor possível e adequo o que eu tenho às necessidades do atendimento.” (2.1)

“Realizar os atendimentos psicológicos num espaço físico que é compartilhado com profissionais de outras áreas. Para lidar com esta situação ocor-

re uma negociação quanto aos horários de atendimento.” (2.86)

“Falta de estrutura mínima necessária para atendimento do preso. Procuro desenvolver o trabalho através do melhor acolhimento do preso de justiça, com o principal material de trabalho que nós temos – a escuta.” (2.158)

Também foi explicitado o desejo de repensar o espaço e de utilizá-lo como um espaço de reeducação:

“Ter um espaço de trabalho que possa oferecer maior proteção e que esteja de acordo com a prática da Psicologia, com salas individuais para atendimento tanto dos reeducandos quanto dos seus familiares. Melhores condições para a realização de atividades de lazer. Maior discussão acerca da forma de punição dos reeducandos. Enfim, é necessário repensar todo o ambiente, tanto o espaço físico quanto o subjetivo, no sentido da promoção de um espaço mais humano que possa cumprir, de fato, o objetivo de ressocializar.” (GF/CRP02)

3.3.1.2. Recursos humanos

Quanto aos recursos humanos, relatam dificuldades relativas ao pequeno número de profissionais em relação ao número de pessoas detentas. Há falta de profissionais de todas as áreas: agentes penitenciários, profissionais de saúde e profissionais da Psicologia, o que gera uma sobrecarga de trabalho.

Quase todos os GFs e REs, identificaram a falta de psicólogos(as) nos presídios. A relação do número de pessoas presas para o número de psicólogos(as) demonstra a necessidade de regulamentação, a partir de uma política pública, da contratação de profissionais desta categoria para responder às demandas do campo.

Apresentamos abaixo os relatos desta questão trazidos pelos(as) psicólogos(as):

“Uma das limitações levantadas é a falta de psicólogo. Acham que é necessário a contratação de mais e pedem a ajuda do CRP para tal. Os psicólogos que estão no sistema prisional vêm da Secretaria de Saúde do DF, da Gerência de Saúde Prisional, e o ideal seria que fosse criado o cargo de psicólogo dentro da Secretaria de Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, que é a Secretaria à qual o Sistema Prisional está ligado. “Os psicólogos vêm da Secretaria de Saúde e é muito diferente. Aí está o grande erro. O cargo tem de ser nosso”. (RE/CRP01)

“Com relação às potencialidades do campo de trabalho, o grupo foi unânime em dizer que esse é um campo estagnado para o crescimento profissional (falta de política de recursos humanos), mas que tem muito espaço para melhora. Existe, assim, uma defasagem muito grande de psicólogos nas unidades do Sistema Prisional. São cerca de 300 psicólogos para mais de 74 mil presos em todo o estado de São Paulo, somando-se todas as unidades. (Dados não oficiais)”. (RE/CRP06)

“Falta de regulamentação para contratação dos Psicólogos. Temos mais voluntários que profissionais” – fala de uma participante. Nenhum profissional preenche cargo efetivo atualmente na Agência Prisional e há indícios que não haverá vagas para o próximo concurso (apenas para agentes penitenciários). “Isso é urgente! Se esse concurso for realizado só para agente, os profissionais (psicólogo, assistente social) em trabalho precário, hoje trabalham, mas amanhã não trabalham mais, só vai piorar a condição futura” (fala de uma participante)”. (RE/CRP16)

“Falta de efetivo em todas as áreas de atuação no sistema prisional, como por exemplo na área de custódia e segurança, dificultando e, por vezes, impossibilitando o nosso trabalho, onde na máxima tem 1.400 internos

para cada 10/8 agentes por plantão, falta de profissionais psicólogos no sistema, na área de apoio ao servidores penitenciários só tem uma psicóloga.” (2.33)

“O tema mais discutido foi a desvalorização do trabalho do psicólogo por parte dos demais profissionais, da diretoria da instituição e do próprio Estado, ressaltando a necessidade de psicólogos efetivos na instituição e que no próximo concurso para o sistema prisional estadual não houve inclusão de vagas para psicólogos e assistentes sociais, garantidas por lei (fala de uma participante)”. (RE/CRP16)

3.3.1.2.1. Formas de lidar

Identificamos nas respostas duas formas de lidar com a questão da falta de recursos humanos: 1) mobilizando a Comissão dos Direitos Humanos, CRP, Secretaria da Justiça, governador do estado e Ministério do Trabalho para a solução dessa demanda e 2) buscando rede de apoio em outros serviços municipais, como explicitado abaixo:

“Fizemos documentos colocando a problemática para a Comissão de Direitos Humanos da OAB/MS, nos juntamos com o CRP/14 para conversarmos com o secretário da Justiça, onde fomos bem-recebidas, porém não foi solucionada a questão inconstitucional das horas. Conversamos com a chefia imediata, com o governador do estado, que implementou esse novo horário e levamos um documento com todas as problemáticas enfrentadas no campo psicossocial, para o Ministério Público do Trabalho...” (2.33)

“Falta de uma equipe multiprofissional e espaço adequado. Tentamos na medida do possível suprir as faltas com ajuda de outros órgãos do município.” (2.117)

3.3.2. Relação com outros profissionais do Sistema Prisional/Papel do(a) Psicólogo(a)

Inúmeras foram as falas em que apareceram a dificuldade dos(as) psicólogos(as) em dialogar e estabelecer interlocução com os profissionais da segurança - delegados, policiais e agentes prisionais – na atuação cotidiana no sistema prisional.

Os(as) profissionais relataram uma grande dificuldade de compreensão e de legitimação do fazer psicológico dentro dos presídios, o que muitas vezes impede o bom desenvolvimento do trabalho. Apontaram que há dificuldades na relação dos(as) psicólogos(as) com os demais técnicos, com os gestores dos presídios e com os profissionais que atuam no poder público: sistema judiciário, secretarias, superintendências, entre outros.

Mostraram a necessidade de sensibilizar os agentes penitenciários e até os juízes sobre a importância do trabalho do(a) psicólogo(a) no contexto do sistema prisional. Além disso, há também a questão de que muitos entendem que a prioridade do sistema prisional é a punição, a manutenção da disciplina e do controle, o que, muitas vezes, impossibilita o trabalho de reeducação da Psicologia.

Esta dificuldade nos remete ao sentimento de desvalorização e de desmotivação do(a) profissional psicólogo(a) no sistema prisional.

Seguem abaixo exemplos desta questão:

“O relacionamento com os gestores é distante, sendo estes indiferentes com relação ao trabalho dos psicólogos, priorizando os agentes penitenciários (...). O relacionamento com a equipe técnica também foi considerada distante, mais por falta de informações e não por desvalorização dos profissionais.” (RE/CRP16)

“A falta de informação sobre o papel do psicólogo na instituição favorece o descaso e indiferença dos outros profissionais. “Como se respeita o que não conhece?” – escrita de uma participante.” (GF/CRP09GO)

“Outra limitação descrita pela maioria dos profissionais é a falta de credibilidade social, compreensão e valorização do trabalho da Psicologia por parte dos demais funcionários e secretaria de Justiça.” (GF/CRP14MT)

“Foi salientado pelos profissionais a dificuldade dos profissionais entenderem que a atuação do psicólogo não se limita ao atendimento na sala, mas que ele precisa estar em contato com o preso e de conviver nos espaços onde eles estão, realidade principalmente dos regimes semiaberto em que há um número maior de atividades. Os profissionais sugeriram a construção de projetos para justificar o trânsito nesses espaços, com embasamento teórico, definições, objetivos e resultados.” (GF/CRP16)

“Um dos principais desafios é a dificuldade que os demais profissionais têm, em especial os servidores penitenciários, da importância e finalidade do atendimento psicológico no contexto prisional. É comum as pessoas acharem que porque ocasionamos um espaço diferenciado de escuta estamos favorecendo os presos em detrimento das vítimas do crime cometido, como se tivéssemos que julgá-los e condená-los todos os dias pelos crimes praticados. Sensibilizar os demais profissionais que a função de julgar e punir não é nossa acredito ser uma das maiores dificuldades.” (2.13)

3.3.2.1. Formas de lidar

A principal estratégia para lidar com este desafio é a sensibilização dos outros profissionais do sistema para a importância do trabalho do(a) psicólogo(a). Para isso, são utilizadas as reuniões de trabalho e as reuniões recreativas entre equipes – técnica e agentes de segurança–; a

atuação conjunta com os agentes penitenciários e as conversas informais entre psicólogos(as) e agentes de segurança para esclarecimento dos fazeres de cada um; por meio de exemplo de iniciativa e de atitudes não preconceituosas; mostrando a importância da profissão e o respeito e a credibilidade do setor.

Seguem alguns relatos das formas de lidar que foram indicadas:

“O mito do relacionamento ruim entre equipe técnica e agentes de segurança, fato que não ocorre neste Centro, visto que consegui promover a interação, o bom relacionamento e o respeito mútuo, favorecendo reuniões de trabalho e reunião recreativas.” (2.50)

Apenas as questões de segurança, mas estamos sempre atuando junto com os agentes penitenciários que nos auxiliam para vencer os desafios e trabalhar com segurança. (2.119)

“Em relação aos agentes, na demora da condução de internos, no descrédito em relação a algumas solicitações realizadas. Reuniões com os mesmos, conversa informal onde repassamos os objetivos e significados deste atendimento.” (2.40)

3.3.3. Atuação em equipe

Identificamos demanda por uma atuação em equipe multidisciplinar para potencializar os resultados do trabalho desenvolvido. O que nos remete à falta de recursos humanos neste campo, como apresentada anteriormente, e à necessidade de poder avaliar um caso de forma integrada e interdisciplinar.

“Necessidade de interação com a equipe de trabalho. Necessidade de um maior afinamento metodológico e de um fortalecimento da classe.” (RE/CRP06)

3.3.3.1. Formas de lidar

Uma estratégia encontrada para este desafio, como citado anteriormente, é a utilização de ajuda de outros profissionais da rede de serviços municipais. Vejamos:

“Falta de uma equipe multiprofissional e espaço adequado. Tentamos na medida do possível suprir as faltas com ajuda de outros órgãos do município.” (2.117)

3.3.4. Condições de trabalho

As condições de trabalho dos(as) psicólogos(as) neste campo foram apontadas como um desafio. Apontaram a insalubridade e a periculosidade presentes no contexto prisional, a alta demanda de trabalho e a carga horária, a baixa remuneração, a ausência de plano de carreira, a falta de tempo para refletirem sobre suas atividades e para realizar estudos de caso. A descontinuidade administrativa no sistema prisional, também foi apontada como uma das dificuldades no cotidiano do trabalho, além da superlotação de celas, sem condições dignas e mínimas de vida para as pessoas presas, população que atendem e se relacionam cotidianamente. Esta questão fica explícita no relato da reunião específica do CRP 14:

“A respeito do campo de trabalho, os profissionais relataram que as dificuldades encontradas são inúmeras, principalmente no que se refere ao abandono institucional do poder público, dentre as quais pode-se destacar: - a questão da carga horária, na qual os técnicos do sistema prisional exercem oito horas semanais devido a regulamentação, sem intervalo durante o expediente; - a superlotação das unidades e o baixo número de

psicólogos para atender a demanda. Segundo informado pela chefe do Setor psicossocial da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, o ideal seria para cada cem internos uma dupla de assistente social e psicólogo; - falta de estrutura física adequada para os presos e para o atendimento terapêutico; - insalubridade e falta de condições mínimas de higiene como: inexistência de água potável, preparo da alimentação sem condições de higiene, falta de materiais de higiene pessoal (escova de dente, pasta dental, dentre outros); - falta de segurança necessária durante as rebeliões (a sala para atendimento localiza-se no meio dos pavilhões, o que impossibilita o acesso para fora do presídio). E ainda com relação a segurança, os profissionais colocaram o fato da indisposição dos agentes de segurança e custódia para a liberação dos internos para o atendimento, o que evidencia a desvalorização dos profissionais de Psicologia pelos demais colegas de trabalho; - distanciamento das unidades prisionais, sendo necessário ao profissional utilizar locomoção própria.” (RE/CRP14MS)

Apresentamos abaixo outros exemplos de relatos de psicólogos(as) que expuseram a problemática da falta de condições adequadas para se trabalhar no campo:

“Uma grande dificuldade está na precariedade do vínculo empregatício (contrato temporário) que deixa no ar uma dúvida de até quando estaremos desenvolvendo nossas atividades com esses sujeitos.” (2.13)

“CONDIÇÕES INSALUBRES DE TRABALHO” (2.10)

“PÉSSIMA CONDIÇÃO DE TRABALHO. CARGA HORÁRIA MASSACRANTE” (2.112)

“(…)poucos resultados positivos, muito trabalho e pouca remuneração” (2.137)

“As maiores dificuldades referem-se à falta de tempo disponível para projetos preventivos, oficinas e grupos.” (2.57)

“Excesso de atendimento, pouco tempo para avaliação e estudo de caso.” (2.54)

“FALTA DE CONTINUIDADE ADMINISTRATIVAS” (2.10)

“(…)falta de norma para carga horária, falta de políticas voltada para normatização que garanta uma carga horária e piso salarial.” (2.54)

“Insegurança pessoal e riscos à saúde – periculosidade dos reeducandos e risco de doenças transmissíveis pelo ar. “Se você não trabalha por amor, você nem entra aqui” – fala de uma participante”. (RE/CRP16)

“Não há adicional por periculosidade ou insalubridade aos servidores, apenas aos agentes penitenciários.” (RE/CRP16)

3.3.4.1 Formas de lidar

Identificamos apenas uma proposta para lidar com estas questões: a construção de espaços de reflexões que motivem os funcionários:

“Os desafios são no tocante a segurança, a motivação dos servidores, as condições insalubres de trabalho. Catalisando reflexões e buscando mecanismos para trabalhar a motivação dos servidores.” (2.139)

3.3.5. Questões institucionais: sistema penitenciário

Alguns(mas) psicólogos(as) expuseram as dificuldades que sentem em atuar em um sistema fechado, explicitando os desafios de atuar com as limitações presentes neste campo. Apontaram que no sistema não

há o reconhecimento do atendimento psicológico como um direito das pessoas presas e de que, apesar dos novos discursos, ainda é predominante a concepção da Psicologia como um recurso adaptativo que busca normalizar as pessoas.

Seguem algumas falas desses(as) profissionais:

“O discurso e a lógica institucional, que apesar de inovadora ainda percebe o papel da Psicologia como o de um instrumento de adaptação do sujeito a padrões “normais” de comportamento. As restrições da instituição universitária que não encontra retorno imediato e/ou financeiro para as horas de extensão pagas aos professores envolvidos no projeto.” (2.18)

“A tensão do ambiente e limitações em desenvolver um trabalho em grupo na unidade.” (2.22)

3.3.5.1. Formas de lidar

Dentre as formas de lidar com estas questões, são apontados esforços empreendidos na tentativa de mudar e transformar as relações dentro do sistema, conforme demonstram os exemplos abaixo:

“Acredito que a lei tem aspectos contraditórios... e oscilações... o sistema não é claro no que pretende, e muitas vezes não oferece recursos necessários para a realização de um bom trabalho... eu sempre busco dialogar... para refletir e fazer conquistas...”. (2.66)

“Superar as tendências de comportamento recorrentes no sistema; como à negligência, à acomodação e ao descaso aos sofrimentos dos sentenciados, ou seja, “não desistir”. Encontrar possibilidades de diálogo com outros profissionais (...).” (2.136)

3.3.6. Procedimentos técnicos institucionais

A falta de normatizações e padronizações de registros, de acompanhamentos e de encaminhamentos dentro do sistema também foram apresentadas como desafio enfrentado pelos(as) profissionais. Essa ausência de registros prejudica o trabalho dos(as) psicólogos(as), já que impede uma visão mais ampla dos casos e uma leitura do histórico das pessoas presas no Sistema Prisional. Como indicam as respostas abaixo:

“Penso, que o maior deles é realmente a falta de padronização. Pois muitas vezes o preso vem de outras unidades que já passou por todo aquele processo inicial, mas não há registro da evoluções dos acompanhamentos. Um encontro é muito complicado!” (2.27)

“Falta de informação, normatização e padronização sobre o trabalho do psicólogo no sistema” (2.45)

“Ausência de acompanhamento da pessoa avaliada após a conclusão do parecer.” (2.35)

“Fazer a avaliação de um interno em um único encontro e sem contar com nenhuma informação sobre o seu dia a dia na unidade em que cumpre pena, sobre o que faz, como faz; sem contar com informações processuais, ou seja, do tempo em que se encontra preso, de possíveis mudanças de atitudes e de perspectiva (...).” (2.25)

3.3.6.1. Formas de lidar

Nas respostas não ficou explícita nenhuma estratégia para lidar com este desafio. Pode ser que a explicitação da demanda de normatização e de criação de procedimentos seja uma proposta para superar a

dificuldade de trabalhar sem histórico prévio.

3.3.7 Formação Profissional

Os profissionais apontaram lacunas relativas à formação profissional neste campo na graduação em Psicologia. Há pouca produção bibliográfica disponível e falta, por parte do poder público, oferta de cursos de formação continuada, capacitações e supervisões para uma boa atuação junto às pessoas presas. A capacitação possibilitaria a ampliação das ações e o aprofundamento das discussões no campo da Psicologia jurídica

Discutiram também a necessidade de capacitação para os agentes prisionais visando a melhorar a atuação destes junto às pessoas presas, o que facilitaria o diálogo e atuação conjunta com os(as) psicólogos(as).

Apresentamos abaixo as falas das /os profissionais sobre esta questão:

“Falta de capacitação e humanização dos agentes penitenciários, que apresentam formação repressora, policial e dificultam o trabalho de reintegração social dos reeducandos no sistema prisional”. (RE/CRP16)

“Inexistência de supervisores capazes de respaldar o trabalho, orientando as profissionais. Foi dito que não há, nem na Universidade, pesquisadores/professores que se interessem pelo tema. Em uma ocasião, um professor se propôs a desenvolver um trabalho na área, mas desistiu do mesmo na primeira visita ao presídio. Assim, não há a quem recorrer para auxiliar na solução das dificuldades surgidas referentes à Psicologia no cotidiano da unidade”. (GF/CRP09GO)

“falta de ajuda financeira por parte da secretaria para cursos (...)” (2.29)

“escassez de estudos e trabalhos ligados a temática, falta de treinamento

específico para o at, a essa população, falta de conhecimento da linguagem forense e das leis e suas mudanças, etc....” (2.45)

“A maior dificuldade é não ter um embasamento teórico dado na faculdade que nos guie no trabalho. Quando chamado para trabalhar, temos que correr atrás. Outra grande dificuldade é não ter congressos e/ou cursos específicos desta área.” (2.48)

3.3.7.1 Formas de lidar

Identificamos apenas uma resposta relativa ao modo de lidar com esta questão: o esforço individual do profissional de ler e de se informar:

“Avaliação da personalidade, devido a carência de instrumental e conhecimento. Enfrento lendo muito.” (2.124)

3.3.8. Questões éticas na atuação profissional

As respostas indicam que os profissionais da Psicologia que atuam no Sistema Prisional entendem como um desafio ético participar de comissões de classificação das pessoas detentas, com as quais muitos não concordam. Além disso, parece ser difícil garantir o sigilo das informações compartilhadas nos atendimentos psicológicos e atuar no sentido ético em relação ao reconhecimento dos(as) presos(as) como cidadãos(ãs). Como indicam os exemplos abaixo:

“Estar sempre me questionando quanto ao meu papel em atribuições que julgo não caber a nós psicólogos, mas que somos obrigados a desempenhar, principalmente no que se refere a participação nas Comissões Técnicas de Classificação; que tem uma proposta que vai contra tudo o que

entendo de atribuição de um psicólogo no sistema prisional” (2.122)

“Na medida do possível manter o sigilo profissional dentro das normas de segurança.” (2.147)

“No ambiente, lutar para manter e incentivar a valorização da vida, sem distinção e livre de preconceitos, considerando o preso um cidadão e que, em breve, estará de novo no convívio social.” (2.83)

“(…) segurança, quebra de sigilo por parte de outros funcionários.” (2.134)

3.3.8.1 Formas de lidar

Identificamos diferentes modos de lidar com as questões éticas, tais como: a) o estabelecimento de contratos claros com as pessoas presas onde ficam explicitados os papéis de cada um dentro do sistema e o compromisso ético profissional; b) reuniões para discutir a conduta das pessoas presas e o fazer psicológico; c) diálogo com os agentes de segurança que acompanham as pessoas presas aos atendimentos e d) garantir objetividade e ética nos registros públicos. Seguem exemplos desta questão:

“Garantir o sigilo e boas condições para atendimento. Tento dialogar com os responsáveis pelo local de forma a sensibilizá-los para a importância dos itens citados anteriormente.” (2.59)

“Na unidade em que trabalho, em razão do grau de alta periculosidade conferido aos presos, os atendimentos são realizados exclusivamente com uma escolta policial na porta (que deve permanecer aberta durante todo o atendimento) e com o preso algemado. Os registros no prontuário “médico” devem ser o mais objetivos possível porque esses são de livre acesso a qualquer servidor do sistema. Não há um serviço próprio para os registros de atendimento psicológico. Pessoalmente tenho meu livro de registros

onde ficam assegurados as histórias de vida dos internos atendidos, bem como as anotações dos atendimentos realizados.” (2.13)

“Informações dadas pelos presos que dizem respeito à área de segurança, como entrada de drogas, inimizades, prováveis motins, corrupção. Desde o primeiro atendimento faço um contrato verbal com os mesmos explicando sobre a ética do psicólogo, porém estabelecendo com eles que tais informações devem ser levadas ao diretor geral e de segurança e posso ajudá-los promovendo este encontro de maneira que os demais sentenciados não percebam que o mesmo está passando informações. Quando o preso esquece desta conversa inicial, antes que ele continue a falar, digo novamente que aquela informação não tem valor para nosso acompanhamento e que se ele quiser continuar pode escolher um dos diretores para conversar.” (2.56)

3.3.9. Atuação para retorno à sociedade/convívio social

Um dos desafios apresentada pelos(as) psicólogos(as) do campo é relativo à tarefa de facilitação da pessoa presa no processo de retorno ao convívio social. Não percebem respaldo da comunidade para acolhê-los, principalmente, nos âmbitos laborais e familiares. Apontam também a falta de políticas públicas voltadas para a reinserção da pessoa presa, como: formação educacional e profissional e recursos da assistência social para facilitar o acesso do(a) egresso(a) à integração social.

Vejamos os exemplos abaixo:

“Falta de ações para o retorno social.” (2.47)

“O maior desafio é trabalhar a reinserção destes indivíduos a sociedade.” (2.36)

“O maior desafio tem sido O DE lidar COM as ineficiências OU ausências DE políticas públicas QUE contribuam PARA A saída DE pessoas do sistema PRISIONAL e QUE não reincidam.” (2.146)

“Falta de envolvimento da própria comunidade” (2.45)

“Mídia depreciando o trabalho(só mostra o que não dá certo)” (2.45)

“(…) sem contar com recursos que possibilitem ao interno investir em sua ressocialização (formação educacional, profissional, trabalho com os familiares, fontes de sobrevivência); sem contar com um suporte psicossocial para os egressos e para os que ainda cumprem pena”. (2.25)

“Dificuldades com a sociedade civil ligadas a aceitação de um criminoso a convivência social.” (2.61)

3.3.9.1 Formas de lidar

Os(as) psicólogos(as) têm desenvolvido muitas estratégias para lidar com o desafio da reinserção social: a) buscando resolver as lacunas de baixa escolaridade e da falta de documentação; b) criando estratégias de conscientização e de responsabilização da sociedade para a ressocialização dos egressos; c) mediando as relações entre empregadores e egressos no início de sua readaptação à sociedade; d) estabelecendo uma atuação com os familiares a fim de prepará-los e sensibilizá-los em trabalhos grupais para acolherem aqueles(as) que saem da prisão.

Nos relatos dos GFs e REs apareceram várias experiências em que os(as) psicólogos(as) do sistema indicam que o trabalho muitas vezes é uma saída/solução de saúde, ocupação, sentimento de utilidade e potência, e de conquista de recursos para a vida do lado de fora dos muros dos presídios para as pessoas presas. Como indicam os relatos abaixo:

“Apesar de não ter sido possível identificar práticas inovadoras neste campo, os profissionais informaram que houve um período em que era desenvolvido dentro da unidade, um trabalho remunerado aos presos na fábrica de bolsas e que possibilitava ao interno sair da unidade e ter na casa dele a máquina de costura, possibilitando um trabalho remunerado. Essa experiência possibilitou um trabalho de assistência ao preso e uma possível inclusão ao mercado de trabalho.” (RE/CRP14 MT/MS)

“São desenvolvidos trabalhos educacionais e profissionais para os reeducandos, através de parcerias com entidades: SENAC, Fundação Banco do Brasil, UEG, Caixa Econômica Federal, CUT, Petrobrás, Hering e outros. De acordo com os participantes, a Secretaria de Justiça, em parceria com a indústria Lorrán, oferece ao reeducando a oportunidade de trabalho em troca de salário e redução de pena (um dia para três dias trabalhados). Existe o trabalho de costura de bolas, aonde os reeducandos ganham um real por bola confeccionada (a média é de 3 a 4 bolas por dia) e o trabalho na limpeza e jardinagem, que também promove a redução da pena.” (RE/CRP09GO)

“Inicia-se, neste mês, um projeto realizado pela Apar (Associação de Proteção e Assistência ao Reeducando - ONG que atende a população carcerária na região), seguindo as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente. É uma casa-abrigo, pioneira no país, que receberá filhos dos reeducandos com acolhimento em regime de família substituta, tendo o aval do Juizado da Infância e da Juventude e Secretaria de Justiça. A ideia é acolher a criança em um verdadeiro lar até que os pais (ou um deles) obtenha a liberdade. Inicialmente, a casa-abrigo receberá 80 crianças (0 a 2 anos) e, em plena atividade, atenderá 250 delas (0 a 14 anos). A execução do projeto da casa teve a participação do Conselho Tutelar da Infância e do Adolescente de Goiânia e a supervisão de um juiz da Vara da Infância e Juventude.” (RE/CRP09)

“Houve uma época em que foi instalada uma marcenaria dentro do presídio. Na realidade era a atividade desenvolvida por um apenado que estava cumprindo pena por assassinato. Nesta época não foi feito nenhum motim. Os apenados trabalhavam e recebiam pelo trabalho o que proporcionava ajudar sua família e ocupar sua mente o dia todo. Além do que o trabalho ajudava na redução da pena. Infelizmente a marcenaria foi desativada. Dentre os apenados podemos encontrar muitos profissionais bons: marceneiros, eletricitas, mecânicos, pedreiros... é uma excelente mão de obra. Porque não aproveitá-los?. Quantos carros, por exemplo, estão lotando pátios por falta de manutenção?. Quantas repartições estão em ruínas por falta de profissionais que muitas vezes se torna uma receita grande para as contas do estado? Inclusive poderia se pensar no trabalho e como pagamento, distribuir cestas básicas para as famílias destes apenados, além de ocupá-los e resgatar a sua autoestima, estaria diminuindo sua pena”. (RE/CRP13)

3.3.10. Lidar com próprios sentimentos

Um dos desafios apontados pelos profissionais da Psicologia é relativo a como lidar com os sentimentos gerados pelo trabalho no Sistema Prisional. Vejamos os exemplos:

“São vários os desafios e poderia dizer, com certeza, que o meu principal objetivo, agora, é a minha própria ressocialização, pois o sistema falhou e levou com ele o bem estar e satisfação de muitos profissionais. pode ser que um aluno de Psicologia ou até mesmo o profissional que ler esse depoimento, me considere desmotivada e pessimista, e eu só posso concordar, porque é assim que eu me sinto. adoro a Psicologia, mas se não te dão condições de trabalho e o mínimo de segurança, não é possível ficar tran-

quilo” (2.133)

“Os grandes desafios são lidar com nossos próprios sentimentos dentro deste sistema.” (2.41)

3.3.10.1 Formas de lidar

Dentre as formas de lidar com este desafio apareceram as seguintes estratégias: a) desenvolvimento da capacidade de tolerância à frustração; b) elaboração das perdas; c) ajudar o outro dentro do que é possível; d) ter paciência; e) refletir sobre a realidade institucional. Conforme indicam os exemplos abaixo:

“Evasão no decorrer do tratamento – desenvolver a capacidade de tolerar frustração; morte de um paciente – viver o luto”. (2.104)

“A impotência, o limite de ação e eficácia do trabalho, visto que a clientela já vem desde a infância marginalizada. Procuo fazer o que está a meu alcance, o que com meu trabalho conseguir para melhorar de alguma maneira a vida dessas pessoas para mim já é válido e gratificante. Quero ajudar acima de tudo.” (2.90)

“Resistência à frustração/capacidade em lidar com hostilidade ... com paciência e entendimento do que está acontecendo na instituição”. (2.77)

3.3.11 Usuários de drogas

Os(as) profissionais descreveram como um dos desafios deste campo a dificuldade em lidar com usuários(as) de drogas, seja no período de abstinência ou de uso dos psicotrópicos, como destacado nas respostas abaixo:

“O principal desafio é lidar com a abstinência dos presos usuários de drogas que chegam em nossa unidade(...). (2.115)

“O desafio maior são as drogas, buscamos na rede de saúde ajuda para uma atuação efetiva” (2.3)

3.3.11.1 Formas de Lidar

As estratégias para lidar com este desafio são múltiplas: a) atender o usuário que não tiver usado drogas no período de 24h; b) ouvir as dificuldades enfrentadas por eles; c) relatar experiências bem-sucedidas anteriores; d) buscar na rede de saúde uma ajuda efetiva.

“internos drogaditos diante da entrevista. Solicitamos que ele não use qualquer droga no período de 24 horas, e então atendemos.” (2.67)

(...) Procuo ouvir sobre as principais dificuldades enfrentadas por eles, falo das experiências de sucesso anteriores e dos benefícios futuros para suas vidas através de atendimentos individuais.” (2.115)

3.3.12 Os preconceitos

Alguns(mas) profissionais apontaram como desafio o preconceito em relação às pessoas presas, tanto internamente nos presídios, pelos(as) funcionários(as) e pelos(as) próprios(as) pessoas presas, como fora, na sociedade em geral. Como indicam os exemplos abaixo:

“O preconceito de outras Instituições em relação à pessoa presa e seus familiares.” (2.30).

“A DEPRECIÇÃO DOS AGENTES PRISIONAIS, OS PRECONCEITOS QUANTO AOS DETENTOS. TRABALHO (...).(2.130

“O problema do preconceito com os presos que pretendem mudar sua forma de viver.” (2.58)

3.3.12.1 Formas de lidar

A principal estratégia para lidar com este desafio é buscar a conscientização de como os preconceitos são prejudiciais ao processo de reeducação e da perseverança para romper com estes preconceitos. Vejamos os exemplos:

(...)O problema é resolvido pela credibilidade da Instituição SAP, através da constância e perseverança das solicitações feitas.” (2.30)

(...) A CONSCIENTIZAÇÃO DO PREJUÍZO DISTO PARA A VIDA DOS REEDUCANDOS, COMUNICAÇÃO ASSERTIVA, SEREM MAIS HUMANOS E EMPÁTICOS...EMERGE MUITO RESULTADO POSITIVO...” (2.130)

3.3.13 A alta demanda de atendimentos psicológicos

Os(as) profissionais apontaram que um dos desafios é conseguir atender a grande demanda para atendimentos emergenciais e, ao mesmo tempo, atender à rotina dos atendimentos psicoterápicos. Além disso, muitas vezes essas demandas são relativas a suicídio e a dificuldades relativas ao Sistema Prisional, conforme destacado abaixo:

“Entrevistas individuais com internos que estão no limite de suas ações.” (2.51) “suicídio – grande índice de ideação suicida, tentativas de suicídio, não tenho visto uma forma melhor de prevenção do que o aconselhamento psicológico e em casos mais graves a observação direta pela enfermaria e uso de medicamentos, que são receitados pela psiquiatra ou clínico”. (2.28)

3.3.13.1 Formas de lidar

Uma estratégia para lidar com a grande demanda, encontrada por alguns, é fazer atendimentos breves e focais para os casos de emergência e realizar entrevistas individuais. Vale ressaltar que foram apontadas também as dificuldades de utilizar o instrumental da Psicologia no Sistema Prisional e um descrédito nas possibilidades de trabalho neste campo. Como indicam os exemplos seguintes:

“As técnicas e os procedimentos conhecidos dos psicólogos não funcionam em um sistema prisional injusto e alienador. Diante disso as pessoas tentam se defender, organizando-se e retraindo-se - por isso torna-se difícil penetrar em suas subjetividades, conhecê-las e promover mudanças. Tenho feito entrevistas e dado o apoio que posso, mas sinto que é pouco eficiente, principalmente quando o sistema como um todo é falho e exclui/estigmatiza os pobres, os diferentes etc.” (2.113)

“Atender todos os pedidos solicitado com a tentativa de prosseguir com o processo psicoterapêutico, como atendo todo o sistema (já descrito no item acima), tento fazer atendimento focal pelo menos amenizar o sofrimento imediato e depois conciliar os atendimentos sistematicamente.”(2.76)

3.3.14 Atuar em rede

Outro desafio é a falta de rede articulada de suporte. Os(as) profissionais não possuem apoio de uma rede de atendimento ou de encaminhamento das pessoas presas o que dificulta o trabalho do(a) psicólogo(a) e impossibilita os encaminhamentos. Como indica a resposta abaixo:

“Não dispomos de uma rede de atenção. Muitas vezes sentimos a necessidade de encaminhar um beneficiário para acompanhamento psicológico

e não temos para onde encaminhar, ou melhor, que possa ser atendido com certa brevidade.” (2.138)

3.3.14.1 Formas de lidar

Não foram indicadas muitas estratégias sobre como formas de lidar com a ausência de uma rede de atenção, identificamos apenas a busca de articulação desta rede dentro do município. Como indica o exemplo abaixo:

“Falta de uma equipe multiprofissional e espaço adequado. Tentamos na medida do possível suprir as faltas com ajuda de outros órgãos do município.” (2.117)

3.4 Sugestões e comentários adicionais – demandas

É observado que na questão destinada a sugestões e comentários adicionais apareceram muitas demandas e este espaço parece ter sido entendido como um canal aberto em que os profissionais que colaboraram com a pesquisa podiam expressar seus pedidos e suas propostas acerca de questões diversas. Em geral, as respostas traduzem demandas que têm diferentes endereçamentos. Deste modo, organizamos as respostas de acordo com o interlocutor a que se dirigiam: 1. governo e gestores de órgãos públicos; 2. Conselhos de Psicologia; 3. instituições de ensino; 4. Crepop, e, por último, explicitamos: 5. sugestões, comentários e contribuições de caráter geral.

3.4.1 Esfera Governamental e Gestores Públicos

Os(as) participantes registraram sugestões para a Administração Penitenciária e para o Estado. Essas sugestões, de um modo geral, buscam demonstrar que os(as) respondentes da pesquisa acreditam que o Estado deve assumir um compromisso efetivo na implantação das políticas públicas e na condução do Sistema Prisional de forma a garantir que os objetivos deste sejam efetivamente realizados. Como indicam os exemplos abaixo:

“Necessidade de aprimoramento da gestão penitenciária;-políticas penitenciárias estejam firmemente comprometidas com o cumprimento da Lei de Execução Penal.” (D48)

“Mais vontade política dos governantes.” (D104)

“Que se divulgue mais o que se tem feito em termos de políticas públicas.” (D105)

Também solicitam melhor definição e esclarecimento das diretrizes para atuação na área, devido às exigências que ocorrem em seu local de trabalho:

“Existe necessidade de se definir diretrizes claras para a atuação do psicólogo no sistema prisional, pois a demanda é bastante diversificada e muda com bastante frequência, além de haver qualificação para os técnicos, afim de atender demandas específicas, tais como laudos e pareceres psicológicos.” (D65)

Nessa linha, indicam ainda a necessidade de concursos públicos para a contratação de profissionais da Psicologia :

“E, ainda, no Paraná não realizam concurso desde 1998 se não me engano... e ainda, temos carga horária de 40 horas, desgastante, que é uma luta

da Psicologia em várias áreas, e este é um ambiente que suga suas energias, pois se trabalha com o ruim... e, é claro, tenta-se ver o que pode haver de bom...” (D67)

Há também sugestões relativas à valorização dos profissionais da Psicologia e a melhoria das condições de trabalho e dos salários destes profissionais:

“Sugiro que o Estado, junto com o Judiciário, repense sua atuação e seja mais eficaz no que tange aos seus deveres e direitos, ou seja, dar condições reais de trabalho, equipe multidisciplinar adequada as necessidades, prédios apropriados, remuneração justa”. (D148)

“Há também que se rever urgentemente a questão salarial do psicólogo dentro da SAP, pois o salário atual está bastante defasado e fora da média de mercado, inferior inclusive ao cargos de nível médio dentro da própria Secretaria”. (D65)

Nas sugestões aparece a necessidade de criar espaços de formação, de discussão e de atualização para todos os profissionais do sistema:

“Abertura de fóruns, seminários, congresso que contemple este profissional do sistema, e uma política sugestiva de salário mais digna”. (D16)

“Sugiro que seja realizado encontros semestrais para atualização dos conhecimentos a respeito do sistema prisional com profissionais que atuem nesta área”. (D61)

“Sugerir aos Estados que dediquem cada vez mais na preparação de seus servidores em entender o tratamento penal e noções de prisionização, para poder atuar com os presos de forma disciplinar e humana, devolvendo-os à sociedade melhores do que chegaram”. (D120)

Por fim, há sugestão de que o Estado estabeleça parcerias efetivas com a sociedade civil e com a iniciativa privada:

“A busca de parcerias é um trabalho árduo mesmo sendo do uma instituição do estado...atividades tanto terapêuticas como ocupacionais podem ser feitas.. o q necessitamos realmente é de recursos financeiros para executar... mas o problema somente será amenizado... ou seja o caráter prisional muito evidenciado ainda somente começa a mudar quando se estabelecer uma autossuficiência em nossas ações e exercer realmente um trabalho coletivo com a participação de todos. estado e iniciativa privada sem falsas promessas, menos política e mais ações...” (D17)

3.4.2 Conselhos de Psicologia

Identificamos que muitas solicitações foram endereçadas aos Conselhos Federal e Regional de Psicologia; estes são indicadas nas respostas como instâncias fundamentais e que podem nortear as práticas e articular ações para o estabelecimento e a melhoria das práticas dos(as) psicólogos(as) que atuam no Sistema Prisional. Por isso, são sugestões de ações a serem desenvolvidas por estes órgãos. Como demonstram os exemplos abaixo:

“Mobilizar os psicólogos que atuam no sistema prisional para repensar sua prática e construir novos modelos de atuação. Criar canais de interlocução com o sistema jurídico (juiz e afins) no sentido de adequar a demanda, esclarecendo para eles a necessidade de ampliar nosso papel, inclusive nas atividades periciais. Que essas atividades sejam mais proveitosas, justas e realistas, pois do jeito que ocorre, pouco contribuem para os internos, para o sistema jurídico e para a sociedade. Portanto, promover um movimento maciço sobre a atuação do psicólogo no sistema prisional, inclusive para ajudar a repensar e transformar o esse sistema”. (D26)

“Que o CFP cobre do governo federal a promoção do concurso dos psi-

cológos nos presídios federais, devido a extrema necessidade e 2 deles já estarem em funcionamento. possibilite mais eventos como o I congresso nacional na área para conhecermos as atuações e inovações desse campo”. (D34)

Há sugestões de ação dos Conselhos em relação às outras instâncias públicas e às questões inerentes ao próprio Sistema Prisional:

“Penso que o CRP deveria atuar de forma mais contundente, no sentido de apoiar nossa categoria. Deveríamos seguir o exemplo dos conselhos dos advogados, policiais, dentistas, médicos dentre outros, que são mais respeitados e mostram sua voz” (D10)

“O Conselho de Psicologia deveria estar mais presente nessas instituições, para que o Psicólogo possa desenvolver melhor suas atividades respeitando o Código de Ética”. (D55)

“Todo esse trabalho trazendo pessoas de fora da Prisão bem como capacitando aqueles que estão no seu interior visamos a aberturas para colaborar com o fim da prisão e um passo importante nessa desconstrução é terminar com os dispositivos da CTC e do exame criminológico. Já é tempo do Conselho Federal não só dar continuidade à luta contra todo tipo de encarceramento mais de promover uma luta antiprisional pois o que foi feito para excluir não serve para incluir”. (D128)

Como também, cobranças mais diretas e a exigência de um posicionamento ético-político mais claro e firme:

“Maior atenção do Conselho Federal de Psicologia ao sistema prisional no que diz respeito as situações de violência, situação das crianças que convivem nas celas com drogas, sexo, cenas de violência, etc. Maior atenção a prática dos psicólogos. Há um descaso do Conselho com o sistema prisional como um todo e com os psicólogos que atuam nas unidades prisionais”. (D85)

“Acho que o conselho de Psicologia exclui psicólogos concursados, discrimina-os e se omitiu diante da corrupção de Nagashi Furukawa. Profundamente lamentável!!!!!!!” (D115)

“Sugiro a realização de um amplo debate junto à Secretaria de Justiça e à Vara de Execuções Penais sobre o papel do psicólogo no sistema prisional, assim como uma discussão sobre as condições de trabalho dos mesmos (materiais e salariais)”. (D163)

Sugere-se ainda que os Conselhos auxiliem no estabelecimento de diretrizes de trabalho e na melhoria das condições de trabalho e de remuneração, consideradas insatisfatórias pelos(as) participantes:

“Sugiro que profissionais que trabalhassem nesta área tenham um salário de técnico científico e uma carga horária de no máximo 30 horas semanais. No estado do Rio Grande do Sul o salário é baixo e temos que cumprir uma carga horária massificadora. Somos os únicos que estudamos e fizemos concursos para cumprir pena. (...) Percebo como um erro a psicóloga que atende os funcionários e próprios colegas ser do quadro de funcionário. Observa-se, que a instituição acaba de fazer uma violência quando põem uma pessoa do quadro atender os colegas. Seria importante que os coordenadores dos departamentos competentes lessem Bleger”. (D113)

“Também precisamos do apoio do Conselho no sentido de lutar por direitos e benefícios especiais, posto que as condições de trabalho geralmente envolvem riscos de vida e insalubridade”. (D58)

Por outro lado, foram sugeridas ações dos Conselhos que possibilitem a criação de espaços de troca de informação e de experiências:

“Gostaria também de sugerir a criação pelo CFP de um espaço de troca de experiência e se possível de um Encontro ou Congresso de âmbito nacional, onde tivéssemos a oportunidade de discutir diversas temáticas relacionadas a atuação do psicólogo no contexto prisional (saúde, educação,

trabalho, avaliação, acompanhamento)”. (D14)

“Formação teórica e prática para o profissional que atua nesta área, divulgação de material existente, apoio para os profissionais do CRP (curso, legislação, conhecer realidade, ideias novas, mobilizar o estado)” (D94)

“seria ideal que ao CRP ofertar coisas sobre a Psicologia prisional que não colocasse nos núcleos e sim em todas as CRPs tipo deveria ter acontecido aqui em Sergipe, não só em Salvador”. (D157)

“Mais capacitações e produções sobre o tema. Divulgar mais os trabalhos que estão sendo realizados na área e deram bons resultados”. (D79)

“Capacitação profissional continuada e frequentes encontros para discussões sobre políticas públicas na área de sistema prisional”. (D87)

“Que se tivesse um banco de dados sobre trabalhos no sistema prisional. Grupos de estudo nesta área”. (D125)

3.4.3 Crepop

Foram registradas sugestões endereçadas especificamente ao Crepop e à pesquisa. Aparece um reconhecimento em relação à importância da pesquisa e à discussão sobre a situação neste campo de trabalho e a sugestão para a ampliação da discussão sobre o reconhecimento social do profissional da Psicologia. Os exemplos, abaixo, assinalam essas questões:

“Acho esta pesquisa extremamente válida, desde que comecei a trabalhar no sistema prisional procuro textos, reportagens, trabalhos para dar mais subsídios no meu trabalho, mas não encontro quase nada, apenas textos vagos sobre o sistema e não sobre nossa atuação, gostaria de receber informações sobre sites ou contatos de pessoas que também trabalham nesta área. Obrigada.” (D42)

“Fico bastante feliz pela iniciativa dos colegas em criar a pesquisa e fomentar discussões acerca de nosso fazer. Além da prática, me preocupa a forma com que somos reconhecidos, o que pode ser observado no valor tão baixo com que somos remunerados. No meu caso, 40h/sem para um salário 1.570,00. É uma vergonha! Mas sei que em outros concursos ocorre o mesmo. Ou seja, parece que a área de Psicologia necessita se fazer mais forte e ativa para reivindicar melhorias”. (D121)

“Fico feliz com a formação do Crepop, pois realmente precisamos de referências e construir essa prática tão carente de trabalhos sociais, psicológico e humanos”. (D25)

Um dos participantes sugere a divulgação da pesquisa em um evento dirigido a psicólogos(as) que atuam no sistema prisional:

“Divulgação rápida dos resultados, com proposta de discussão em congresso ou outro evento voltado para o psicólogo do sistema prisional”. (D46)

Aparece também a sugestão de uma pesquisa específica para os diretores que atuam neste campo:

“Acho interessante direcionar uma pesquisa aos psicólogos que atuam como diretores. A Lei de Execução Penal prevê que só pode ser diretor o profissional do direito, Psicologia, serviço social, pedagogia e sociologia. Contudo o próprio Conselho não percebe a diferença de atuação do psicólogo diretor com outro enquanto diretor e este profissional parece não existir para o Conselho”. (D51)

3.4.4 Instituições de Ensino

Tivemos também algumas sugestões endereçadas às instituições de ensino superior, em nível de graduação e pós-graduação, conforme podemos observar abaixo, denotando dificuldades e deficiências na formação em Psicologia:

“Congressos específicos sobre a atuação do psicólogo no sistema prisional, além de uma inclusão de uma disciplina voltada a esta área”. (D30)

“Sinto que nós psicólogos do sistema prisional precisávamos destes encontros promovidos pelo Crepop, pois tudo o que aprendemos foi e é durante nossa prática, pois as faculdades mal falam sobre esta atuação cheia de peculiaridades”. (D57)

“Vamos fazer pesquisas! A humanidade só cresce se nós mostrarmos os resultados negativos e positivos desse sistema. Se continuarmos assim, não mudaremos nada! O problema é, ninguém quer se aventurar em um terreno incerto. Estou tentando um orientador para minha pesquisa aqui há mais de um ano e até hoje ninguém aceitou o desafio de "errar ou acertar" comigo. É complicado! Precisamos nos unir!” (D28)

“Uma pós-graduação na área criminal, de trato da dependência química, de transtornos psicossociais, etc. URGENTE”. (D137)

3.4.5 Sugestões e comentários gerais

Algumas das sugestões não estavam endereçadas especificamente a nenhuma instituição específica, mas envolviam a participação dos participantes da pesquisa, demonstrando assim um desejo de participação ativa nas transformações deste campo, como explicitado nos seguin-

tes exemplos:

“Poderíamos a partir dessa pesquisa fazer uma cartilha de como o psicólogo deve trabalhar no Sistema prisional, tendo a clareza que numa unidade penal não podemos trabalhar com a Psicologia clínica”. (D124)

“Que sejam socializadas as pesquisas realizadas no campo das questões prisionais. Desde já coloco-me favorável a disponibilizar minha dissertação de mestrado, cuja pesquisa foi realizada no Presídio Feminino de Florianópolis, no Programa de Pós-Graduação”. (D147)

Apresenta ainda comentários no sentido de propiciar melhorias no Sistema com relação ao trabalho cotidiano:

“Seria necessário que o fazer técnico tivesse mais liberdade para realizar seus trabalhos. Não deveríamos avaliar os apenados principalmente nas casas onde poderíamos desenvolver o trabalho de tratamento penal”. (D33)

“A união da equipe técnica é fundamental para desenvolver um bom trabalho”. (D47)

“Acredito que quanto mais nós psicólogos nos enfrontarmos neste trabalho em muito ele poderá melhorar. Sobretudo socioeducativamente. Reviro-me ao sistema prisional e às medidas socioeducativas”. (D60)

“Atentar para trabalhar a família do interno, egresso, como forma de diminuir o quantitativo de reincidências ao delito”. (D92)

Foram feitos comentários que enfatizam os resultados positivos alcançados no trabalho neste campo e o prazer de alguns profissionais em atuar no Sistema Prisional:

“Trabalhar em um presídio foi um desafio. Iniciei como voluntária e consegui ser transferida de outro órgão...muito gratificante, saber que somos capazes de instilar esperanças em indivíduos que muitas das vezes neces-

sitam de algo que somos habilitados para isto: serem ouvidos, aceitos e compreendidos... Posteriormente orientados sobre a melhor forma de se tornarem habilitados para viver em harmonia e se reintegrarem de forma positiva na sociedade...amo muito tudo que faço esta atuação, e sou muito feliz pelos resultados que tenho alcançado”. (D131)

“Alguns presos já foram inseridos no mercado formal de trabalho depois que saíram do presídio. Estas empresas descobriram talentos dentro do próprio presídio. Ex: fábrica de pneus e lixamento de jeans”. (D116)

“Jesus veio ao mundo para libertar os cativos e creio que estou no caminho certo agindo corretamente na minha profissão”. (D39)

“Tenho interesse em continuar na área jurídica”. (D139)

3.5 Práticas inovadoras

À solicitação de que fizessem indicações de práticas consideradas inovadoras no campo do Sistema Prisional, os(as) psicólogas deram diversos tipos de respostas que organizamos em quatro eixos analíticos: 1) conhecem e (em alguns casos) indicam; 2) não conhecem; 3) não conhecem, mas desejam conhecê-las; 4) não há novas práticas. Apresentaremos a seguir as respostas dentro destes eixos explicativos.

3.5.1. Conheça novas práticas e (em alguns casos) as indique

Dentre as respostas relativas ao conhecimento de novas práticas foram indicadas múltiplas práticas relativas à especificidade do trabalho no Sistema Prisional que descreveremos a seguir.

3.5.1.1. Contato direto, escuta, atenção e acolhimento

Os(as) psicólogos(as) apontaram a escuta psicológica, o acolhimento e a atenção individualizada como uma prática inovadora no campo do Sistema Prisional, que possibilitam bons resultados:

“O contato direto com o paciente produz um efeito fantástico e fortalece ou propicia a empatia.” (C82)

“(…) Escutar e dá atenção ao preso naquele momento muito difícil muitos atravessam e às vezes só você parar e escutar, você salva uma vida.” (C39)

“Trabalhar a demanda explícita do paciente de modo a não gerar mais um problema para uma população tão carente. Embora isso não seja considerado um trabalho psicoterápico propriamente dito.” (C105)

“A prática do acolhimento, da escuta e do apoio dado aos beneficiários.” (C155)

3.5.1.2 Atuação dirigida à reinserção social

Os(as) profissionais relataram ser uma prática inovadora a facilitação ou a mediação da saída da prisão e a entrada ou reinserção à sociedade e ao mundo do trabalho. Seguem exemplos que explicitam esta prática, realizados de diferentes maneiras, mas com o mesmo objetivo: reuniões, práticas de geração de renda, construção de projetos de vida, encontros reflexivos, cursos profissionalizantes, entre outros:

“Práticas de geração de crédito e renda, práticas de re-inserção do criminoso a sociedade, práticas com a sociedade civil para compreensão das dificuldades dos criminosos, possibilitar trabalho e renda, possibilitar satisfações e necessidades.” (A62)

“Programas de apoio ao egresso.” (C30)

“Trabalhar o cotidiano da clientela para construção de um novo projeto de vida.” (C92)

“Desenvolver encontros reflexivos, de preparação para a liberdade, com apenados que já encontram-se no sistema semiaberto, tendo conhecimento e lidando com as dificuldades enfrentadas por seus familiares, e mesmo assim poderem desenvolver a determinação de cumprir com o restante da pena respeitando as normas e os limites impostos.” (C33)

“A metodologia da APAC – Associação de proteção e Assistência aos condenados é uma ótima alternativa para o verdadeiro cumprimento da finalidade da pena: a reinserção social. Mais informações no site do TJMG, projeto novos Rumos na execução penal – www.tjmg.gov.br e no site www.apacitauna.com.br.” (C153)

“Cursos técnicos profissionalizantes” (C16)

“A SAP lançou um manual para orientação de pré-egressos chamado “dicas” com vários endereços de diversos serviços que tem sido muito bem aceito pelas presas que o recebem (quem esta para sair de liberdade condicional.” (C119)

“As práticas que produzem melhores resultados são as que ofereçam condições apropriadas de trabalho, tendo como sugestão o modelo de Cogestao no Sistema Prisional. Que prioriza os direitos Humanos e condições digna para o cumprimento da pena.” (C136)

3.5.1.3. Atuação dirigida à implantação das políticas públicas

Os(as) profissionais apontaram como prática inovadora a atuação no sentido de cumprir as novas resoluções das políticas públicas e de criar projetos que buscam melhorar as condições de vida no sistema e organizar os serviços realizados dentro do sistema. Como indicam os exemplos abaixo:

“Padrões estabelecidos pela Portaria 10.” (C23)

“A elaboração do Programa Individualizador da Pena, que norteia as atuações de todas as áreas da Unidade (técnica, disciplina, produção, educação e saúde) e foi idealizado pelo Centro de Ressocialização de Araçatuba.” (C51)

“Tentamos fazer com que o ambiente prisional seja um lugar não de punição, mas de tratamento penal oferecido pela LEP. Na UNidade penal em que trabalhamos tentamos comemorar todas as datas comemorativas do ano, o que contribui muito para nos aproximar deles e verificar onde podemos melhorar, já que descemos até o bloco carcerário e presenciamos a realidade e as dificuldades.” (C124)

3.5.1.4. A criação de procedimentos unificados

A criação de registro unificado em prontuário e as técnicas diagnósticas são citadas como potencialmente benéficas e inovadoras dentro deste campo. Como indicam os exemplos abaixo:

“Atualmente, voltada para as CTC, tenho conhecimento da prova projetiva PCL-r para a avaliação de psicopatas, mas acredito que não vai suprir os desafios existentes.” (C36)

“Estamos em processo de formatação de um prontuário único eletrônico, onde cada interno terá acrescido aos dados de identificação e da entrevista inicial, os atendimentos que ele receber, os encaminhamentos realizados, o que facilitará realização de pesquisas, bem como nos permitirá uma visualização mais ampla do interno. Claro que serão resguardadas as questões referentes ao sigilo, mas lembramos que trabalhamos também na perspectiva da responsabilidade da equipe em relação ao que é de interesse da mesma.” (C41)

3.5.1.5. Atividades grupais

As atividades em grupo realizados dentro dos presídios são identificadas como sendo inovadoras e têm objetivos diversos, desde estimular o processo de reflexão até facilitar o processo de ressocialização e de reintegração social. Os cursos de capacitação para o trabalho com grupos dirigidos aos funcionários também são apontados como inovadores. Como indicam os exemplos abaixo:

“Técnicas do teatro do oprimido.” (C70)

“Temos projetos de grupo importantes aqui... acesse Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu...” (C67)

“Atividades grupais com técnicas de dramatização.” (C55)

“Oficinas terapêuticas com brinquedos e cartas, já devidamente publicadas em meio científico. Perícia terapêutica realizada pela equipe de aprimoramento dessa unidade.” (C12)

“Sem dúvida nenhuma os cursos de dinâmicas de grupo através de teatro (direitos humanos em cena 3) que foi algo que se iniciou como forma de capacitação para os funcionários, mas que tem também por objetivo alcançar a população carcerária, e através deste estamos alcançando ob-

jetivos que veem de interesses aos direitos do preso” (C96)

“Estamos fazendo grupos terapêuticos, oficinas para falar sobre a saúde, questões sociais, direitos humanos entre outros. Ainda não produzimos artigos ou algum textos, mas estou a disposição no email: psicologabianca@gmail.com.” (C25)

“Grupos de ressocialização e-mail: cris.brolhani@hotmail.com.” (C81)

“Os projetos de reintegração onde são feitos os grupos de reflexão e discussão que muito enriquece o nosso trabalho.” (C22)

“Trabalhos de grupos com mulheres presas, a fim de problematizar e construir perspectivas relacionadas ao mundo do trabalho.” (C147)

“Estamos iniciando um grupo de saída (para internos que fizeram o exame para liv. condicional), que creio não ser um trabalho novo no âmbito do sistema penal do RJ, mas sim na unidade em que estou atuando.” (C123)

“Em nossa unidade, a maior parte dos presos tem oportunidade de estudar e trabalhar. Temos turmas desde a alfabetização até a 8ª série. Além disso, mais da metade dos presos desenvolvem algum tipo de atividade laborativa dentro da penitenciária e ambos (escola e trabalho) são remissivos. A ocupação do tempo ocioso, a valorização do lado humano, a remissão de pena e o reforço dos laços familiares são de fundamental importância para o processo de ressocialização do preso.” (C116)

3.5.1.6. Oficinas de arte

As oficinas de arte desenvolvidas no contexto dos presídios também são apontadas como práticas inovadoras que buscam desenvolver os talentos e incentivar a inserção e as atividades criativas. Como indicam os exemplos abaixo:

“Incentivo ao artesanato local; incentivo à prática de esportes e competições esportivas.” (C16)

“Oficinas de arte e cultura do COPE. Trabalho com os presos para desenvolver neles para que possam participar como atores, não só na execução de sua pena como no exercício de sua cidadania.” (C128)

“A nova prática no CPS é o programa de musicalização com internos que ainda está sendo implantado, não sendo possível ainda avaliar resultados.” (C29)

“Concursos de poesia com livro publicado, produção de e pintura em tela, oficinas artísticas de desenho em cabaças e caixas de madeira. Site da Secretaria de Estado da Justiça-GO ou telefone da Reintegração Social 32011356.” (C145)

3.5.1.7 Ações de promoção de saúde conjuntas com a equipe de saúde

Os(as) profissionais indicam ser inovador a implantação de ações de prevenção de saúde dentro do Sistema, bem como atuar em conjunto com outros profissionais da área da saúde. Seguem os exemplos:

“O suporte psicológico para pacientes em regime "RDD" juntamente com uma equipe de saúde tem produzido bons resultados que são quantificados na busca voluntária do serviço de Psicologia e diminuição de saídas para emergências hospitalares. Não conheço outras unidades, por isso não sei se estas práticas são novas, mas gostaria de conhecer e discutir com outros profissionais. meu e-mail é: vipsi2005@hotmail.com.” (C20)

“Avaliação de saude mental cada vez que um reeducando entra e acompanhamento da alteração deles durante o período carcerário.” (C135)

“Tirar o caráter de cadeia, transformando o HCTP mais em hospital, inserindo na rede pública.” (C152)

3.5.1.8 Ações voltadas à promoção de saúde com usuários de drogas

Também foram indicadas como inovadoras muitas ações dirigidas à orientação, prevenção e redução de danos de usuários de drogas. Seguem os exemplos:

“Meu trabalho com os reeducandos que fazem uso de psicotrópicos. atendimento individual e intervenção no uso dos mesmos (psicotrópicos) sempre no sentido de diminuir o uso quando desnecessário.” (C83)

“Diante da expressiva demanda advinda da Lei nº 11.343/2006 de orientação quanto ao uso de substâncias entorpecentes, tenho tentado desenvolver um material informativo e lúdico para trabalhar com os presos encaminhados por determinação judicial nos atendimentos individuais. É uma espécie de jogo de V ou F onde trago informações controversas sobre o uso de drogas e discuto com os internos se tal dado é verdadeiro ou falso através de um material didático de cartões impresso elaborados gradualmente por mim. É uma forma lúdica de tratar um tema complicado com pessoas escolhidas de forma compulsória para o atendimento psicológico. Tem apresentado bons resultados no que concerne ao envolvimento dos internos e a quebra do perfil avaliador do psicólogo no Sistema. É ainda uma forma de contemplar deficiências de escolaridade, haja vista a entrega de cartilhas não serem suficientes para orientação considerando o elevado contingente de presos analfabetos funcionais. Qualquer dúvida é só entrar em contato pelo meu e-mail pessoal: anacristina.bezerra@gmail.com.” (C14)

“Política de redução de danos é um bom começo!” (C61)

3.5.1.9 Ações de prevenção de DSTs e aids

Foram indicadas como ações inovadoras, cursos dirigidos à promoção de saúde em DST e aids, como indicado abaixo:

“Curso do Projeto Vida – Cursos de promoção de saúde e cidadania, que envolve DSTs/Aids/Drogas além de tuberculose, etc. Grupo terapêutico e grupo de dependência química. (...) O curso de saúde e cidadania é ministrado pelos monitores que estão presos e por convidados externos como o Green Peace, Ex-presos, Comissão de Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Saúde, ex-estagiários e outros profissionais de saúde e de segurança da unidade.” (C128)

“Prevenção às DSTs.” (C88)

3.5.1.10 Atuação multidisciplinar

Atividades e intervenções interdisciplinares também foram indicadas como práticas inovadoras:

“Sempre discutindo com as equipes.” (C4)

“Atendimento em conjunto com assistente social e terapeuta ocupacional referente ao uso abusivo de drogas, grupo de família.” (C10)

“Projetos elaborados pelos parceiros (existe um manual editado com os projetos). Atualmente estou desenvolvendo em parceria com o diretor e colegas atuantes (serviço social, agente penitenciário, Funap) um projeto voltado a presos de menor poder ofensivo (no prelo)” (C46)

“Penso que o valor do nosso trabalho passa pelo reconhecimento e respeito que cada categoria tem pelo saber da outra. Somos 5 profissionais de 3 categorias diferentes (psicólogo/advogado(a)/assistente social). Discutimos os casos, monitoramos as Instituições parceiras e estamos sempre trabalhando para que haja uma ressignificação da pena/medida.” (C139)

“O trabalho não está baseado somente em atendimentos “clínicos”, mas através da multidisciplinariedade há realização de várias campanhas promovidas pelo Estado. A última realizada, com um bom aproveitamento foi em relação a AIDS e DSTs.” (C49)

3.5.1.11 Atuação em rede

A articulação com outros serviços, na esfera pública e privada, e a busca de criação de uma rede de suporte ampliada foram indicadas como práticas inovadoras. Como demonstram as respostas abaixo:

“O Atendimento em rede. Com equipe Interdisciplinar. As parcerias com equipamentos do município a integração do recluso e sua família.” (C146)

“Exposição na sociedade dos artesanatos produzidos na unidade, visita dos semiaberto as empresas da cidade, palestras sobre diversos temas.” (C47)

“Nesta Unidade elaboramos o Projeto Livre (levando o indivíduo a viver reintegrado), onde fazíamos visitas e parcerias com a rede de serviços da região, facilitando assim a reintegração do preso a sociedade. Tel. da Unidade: (13)34461044 ramal 213 (equipe técnica)” (C64)

“Práticas simples aliadas a nosso cotidiano de trabalho mesmo, atendendo as necessidades à medida que elas aparecem. Trabalhos de ressocialização, parcerias com empresas privadas e públicas, escolarização, etc.” (C91)

3.5.1.12 Reflexão sobre o fazer psicológico no campo

A reflexão crítica a respeito das ações profissionais, incluindo leituras e pesquisas, foi referida como prática inovadora. Seguem os exemplos:

“Leitura constante e frequente de temas afins... Revisão de nossas práticas, pesquisas.” (C18)

“O grupo (Educação Física, Letras, Psicologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional) está com duas pesquisas e dois artigos em andamento. A primeira pesquisa é com Terapia Ocupacional e Educação Física, sobre desenvolvimento infantil – com os filhos dos presos. A segunda recortou o grupo das mulheres de presos e investiga a adesão delas à Associação de Mulheres Unidas para Vencer, organizada a partir do Projeto que desenvolvemos lá. É possível contato através do e-mail: lilianemas@gmail.com.” (C19)

“Documentação de todas as ações e intervenções. Isso auxilia o colega que dá continuidade aos serviços, bem como facilita a retomada posterior, em caso de novos ingressos do preso no ambiente, etc. Além disso, o registro facilita para consultas, pesquisas, etc. Em pesquisas, estou estudando as características dos processos de aprendizagens (informais) por parte do preso. A outra pesquisa em andamento procuro aperfeiçoar o processo de avaliação psicológica.” (C84)

“As únicas inovações que acredito realizei se deram na área docente, instruindo inúmeros agentes de segurança penitenciária e dirigentes prisionais para as questões de direito e direito humano, tornando o ambiente prisional menos tenso e mais passível de diálogo recíproco.” (C86)

“Infelizmente, a única prática nova é a de pesquisa.” (C163)

3.5.1.13 Atuação com os familiares

O trabalho desenvolvido com a família também foi indicado como prática inovadora. Como indicam os exemplos abaixo:

“Acolher cada família e seu parente preso. Procurar entender sua problemática e fazer encaminhamentos necessários que possa ajudar a todos os envolvidos com a questão.” (C44)

“Projeto de atendimento aos pais com fomentação de conhecimentos.” (C55)

“Atendimento psicoterápico a familiares de egressos ou de apoio para construção de rede de apoio ao egresso.” (C147)

“Melhor vínculo com nosso usuário e dessa forma produzindo melhores resultados com os mesmos.” (C158)

3.5.1.14 Atuação com os agentes penitenciários

Além das atividades realizadas com as pessoas que cumprem pena, os(as) psicólogos(as) relataram ser um trabalho inovador a atuação realizada com os agentes penitenciários. Seguem exemplos desta ação:

“Tenho conseguido um bom trabalho com os agentes prisionais, onde realizo encontros mensais com temas diversos como aspectos psicológicos da população carcerária, efeitos de prisionização, trabalho em equipe, qualidade no trabalho e consigo colaboração de uma parte da equipe que ajudam com temas como procedimentos de segurança e disciplina. e-mail: fcarim@hotmail.com.” (C54)

“Já fiz um trabalho de Grupo Operativo com agentes penitenciários durante um ano que teve bons resultados e foi bem aceito por eles. O Pai PJ, em

Minas Gerais (ver Revista Diálogos, ano 2, nº 2, março de 2005).” (C26)

3.5.1.15 Práticas a ser implantadas ou em processo de implantação

Os participantes da pesquisa indicaram como inovadoras práticas que estão em processo de elaboração ou de implementação. Vejamos os relatos abaixo:

“Ainda não conseguimos implementar, mas já está em estudo é a vinda de Grupos de Apoio, como o AA e o NA. Implementaremos também oficinas com os grupos que receberão progressão de regime para o semiaberto, cujo motivo da prisão seja drogas.” (C93)

“Tenho sabido que oficinas de grupo ou grupos terapêuticos tem sido desenvolvidos em outras Unidades, conforme encontro vivenciado em BH – no Hotel Tauá e diversas Penitenciárias de Minas, mas na nossa essa minha vontade particular ainda permanece no projeto apresentado à chefia.” (C137)

“Decidimos iniciar um projeto de forma que abranja todo o período de reclusão do indivíduo. 9que seja acompanhado em todos os aspectos) ainda em fase de elaboração.” (C138)

“Em termos de políticas públicas o Plano de Saúde Penitenciária é uma conquista sem dúvida, entretanto nosso estado ainda não está qualificado. E-mail: mauxtl@yahoo.com.br” (C154)

“Nós desenvolvemos um programa ensina-me a viver e também criamos um departamento de Psicologia escolar, para apoiar o ensino e pratica de pesquisa...temos planos de elaborar projeto de oficinas profissionalizantes e empreender micro microempresários com o objetivo de obter trabalhos autônomos do tipo venda de cachorro quente e pastéis nas ruas sempre

com orientação e acompanhamento de uma pessoa qualificada... ainda esta em planejamento isso... Já o programa ensina-me a viver acolhe vários projetos ... uns voltados para a busca da identidade institucional... outro para criar uma horta.... outro para valorizar o servidor... outro para valorizar parcerias do hctp/ Sergipe etc... temos também em planejamento um programa de desinternamento progressivo para reeducandos com internações de longo período e a pretensão de elaborar programas de prevenção da aids/ dst/ tuberculose e outras enfermidades... contato... e-mail andrericardo_barreto@hotmail.com ou pelo fone:79 88212002" (C17)

3.5.1.16 Práticas inovadoras descontinuadas

Os participantes indicaram também algumas práticas consideradas inovadoras, mas que foram descontinuadas por diferentes razões. Seguem os exemplos:

"na máxima, nada de inovador tem sido feito após a rebelião de maio de 2006, o secretário informou que não terá nenhum tipo de trabalho a ser desenvolvido a não ser a cadeia linear que está sendo implementada, com o regime diferencial. todos os trabalhos de ressocialização serão realizados fora do regime fechado, lugar esse que está sendo construído. Percebemos bons resultados nos trabalhos, no CTC inicial, no contato com familiares, no grupo de inclusão, no grupo de tratamento penal, serviços todos que existiam anteriormente à rebelião." (C34)

"Durante vários anos desenvolvemos um trabalho de prevenção em DST/ AIDS, através de uma Comissão Interna de Saúde, de caráter interdisciplinar. A comissão era formada por membros de diferentes áreas de atuação, inclusive componentes da segurança do presídio. Contávamos também com presos que se interessavam em participar como multiplicadores de informações. Contudo, a comissão se dissolveu e o trabalho foi interrom-

vido." (C58)

"Os grupos terapêuticos (Suspensos temporariamente). SAP? Departamento de Reintegração." (C166)

3.5.2 Não conheço novas práticas

Alguns dos participantes da pesquisa afirmaram desconhecer novas práticas no Sistema Prisional. Como indicam os exemplos abaixo:

"Não tenho tal conhecimento." (C77)

"não tem aqui..." (C127)

3.5.3 Não conheço as novas práticas, mas desejo conhecê-las

Identificamos haver interesse, por parte de alguns/mas profissionais, em conhecer ações inovadoras, conforme explicitado abaixo:

"Eu não tenho conhecimento, gostaria de ser informado dessas novidades" (C160)

3.5.4 Não há práticas inovadoras

Muitos dos(as) respondentes a pesquisa disseram que não há práticas inovadoras e explicitaram as justificativas para a inexistência dessas práticas. Como exemplificam as respostas abaixo:

"Não há no momento, todos os psicólogos estão designados para CTC." (C68)

"Novas práticas não acontecem, pois na unidade penal faltam agentes de segurança para escoltar os internos para que aconteçam os atendimentos." (C76)

“Pouca comunicação entre as áreas e outras unidades, por isso não saberei responder.” (C94)

“Desconheço práticas novas, precisamos também de incentivos por parte do governo com cursos de atualização continuados para melhor desenvolver nossas atividades diárias.” (C63)

3.6 Interfaces entre as políticas públicas relativas ao sistema prisional e a psicologia

Os(as) psicólogos(as) do sistema prisional indicaram conhecer a existência de algumas políticas para o Sistema Prisional: a LEP – Lei de Execução Penal e o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Porém, apontam para a não implantação dessas no cotidiano do Sistema Prisional.

Os(as) profissionais ressaltaram a importância de garantir a aplicação das políticas públicas e garantir os direitos humanos e de saúde das pessoas presas, os recursos humanos e materiais adequados à demanda dos presídios e a regulamentação da profissão dos(as) psicólogos(as) neste contexto.

Nos relatos dos GFs e REs, a grande maioria dos(as) psicólogos(as) apontaram que no cotidiano a implantação das políticas públicas deixa muito a desejar. Como indicam os relatos abaixo:

“No Brasil, o modelo é mesmo o de exclusão. Temos a lei de execução penal, lei moderna, mas num país que está engatinhando. Não são atendidas as necessidades básicas dos reeducandos.” (RE/CRP09GO)

“Consideram que as políticas públicas para a área prisional são muito reduzidas e limitadas. Destacam o reduzido número de técnicos atuando nas Unidades Prisionais, no Estado do ES até este ano não havia uma equipe mínima com assistentes sociais, advogados e psicólogos nas Unidades.

Apesar da contratação desses profissionais não conseguem atender a demanda. Destacam a necessidade de cumprir as leis referentes aos presos em relação aos direitos humanos.” (GF/CRP16)

“Houve consenso quanto às alterações nas políticas públicas que os participantes gostariam de presenciar: o cumprimento na lei de execução penal brasileira” (GF/CRP09GO)

Alguns apontaram para a necessidade de criar novas políticas, ou alterar as existentes, de modo a garantir a superação do modelo repressor para um modelo de reeducação e de assegurar a atenção à saúde das pessoas presas:

“É uma área delicada, onde ainda se necessita de políticas públicas mais eficazes, principalmente na questão de direitos humanos pois ainda ocorrem castigos e espancamentos dentro do sistema prisional. Isto, ao invés de humanizar os internos, reforçam um comportamento já marcado por violência. A questão do atendimento em saúde mental é precária, necessitando principalmente do reconhecimento dos altos escalões, para que sejam implementados serviços de saúde, com equipes completas, que atendam a essa demanda de maneira efetiva.” (GF/CRP1)

“Como os profissionais entendem que não existem políticas públicas no sistema prisional. Eles sugerem a criação de uma política pública específica voltada não apenas para a segurança, mas para o cuidar e ressocializar o apenado. Assim como a definição da atuação do psicólogo nos presídios. Na perspectiva dos profissionais seria importante o incentivo para que empresas ampliassem o número de vagas para os internos, o que possibilitaria maior inclusão do indivíduo na sociedade.” (GF/CRP14MT)

“Sugestões de alterações nas políticas públicas: Maiores investimentos (orçamentário e assistencialista) na área; Fazer valer os direitos humanos, bem como o aumento no quadro de profissionais – em todas as categorias;

Que se cumpra, na íntegra, a Lei nº 1.777/03 – Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário: destinado a prover a atenção integral à saúde da população prisional confinada em unidades masculinas e femininas, bem como nas psiquiátricas.” (GF/CRP09TO)

“Observações dos participantes apontam para a falta de uma política efetiva que direcione o trabalho de reeducar o preso e reinseri-lo em sociedade. Isso se reflete diretamente nas condições de trabalho dos profissionais da equipe. Algumas falas caracterizam melhor este quadro: “Há esse conceito de reeducando, mas ainda o sistema não está preparado pra reeducar.” (RE/CRP09TO)

Nos relatos aparece de modo explícito que os(as) psicólogos(as) acreditam que a efetiva implantação da política de individualização das penas facilitaria a reintegração social das pessoas presas e sua qualidade de vida nos presídios:

“Uma questão citada pelos participantes considerada de fundamental importância é com relação a política de individualização de penas que não é efetiva dentro das unidades, mas que seria ideal para a reintegração do preso à sociedade.” (RE/CRP14)

“Os psicólogos sugeriram como alterações o uso das penas alternativas e uma vez em cumprimento de pena de prisão, que houvesse critérios de individualização da pena (adolescentes de 18 a 23) que cometeram delitos não poderiam ser “juntados” aos detentos “maduros”, muitas vezes multirreincidentes” (GF/CRP14MS)

Em um dos relatos dos grupos ficou explícito, que, do ponto de vista das/dos psicólogos(as), a execução das políticas públicas no Brasil fica a mercê dos posicionamentos políticos dos governantes e por isso a cada mudança de governo sofrem profundas alterações. Aparece também demanda para que a especificidade e a ética da Psicologia seja incluída e

respeitada nas políticas públicas:

“Há a necessidade de haver um maior investimento nessa área. Para tanto, seria necessário haver uma definição sobre a Psicologia nessa política, de forma que, ficassem claros os objetivos dessa política pública, e que eles estejam de acordo e respeitem as questões éticas da Psicologia. Observa-se também que a cada mudança de governo, muda quase tudo e o trabalho acaba não dando em nada. É necessário mais respeito para a função do psicólogo, precisa haver um maior investimento em capacitação e promoção de trabalho em rede com outros programas de políticas públicas.” (GF/CRP02)

Considerações Finais

Os relatos da pesquisa indicaram que o trabalho das /dos psicólogos(as) no Sistema Prisional está marcado pelos esforços por implementar ações de atenção à saúde mental das pessoas presas, bem como ações que possam contribuir no processo de reeducação e ressocialização dessas, apesar de todas as adversidades encontradas no cotidiano do Sistema Prisional. Vale ressaltar que os principais objetivos da atuação do(a) psicólogo(a) citados na pesquisa são: avaliação, acolhimento e pronto atendimento em situações de crise, orientação a portadores de dependência química, escuta qualificada das demandas, orientações em relação ao sistema prisional, psicoterapia individual, facilitação do processo de ressocialização e promoção de saúde da pessoa detenta e de suas famílias.

Cabe ainda assinalar, que, em diversos relatos, apareceu de modo muito claro a insalubridade de muitos presídios brasileiros, onde tanto as pessoas presas quanto os profissionais são submetidos às péssimas condições do espaço físico e a ausência de recursos básicos. Além disso, foram referidas dificuldades de diversas ordens no trabalho diário relativas às normas de segurança que de certo modo restringem a autonomia dos profissionais das equipes de saúde e também relativas aos jogos de poder presentes nas relações institucionais. Essas dificuldades fazem que os profissionais que atuam neste campo estejam sempre atentos a dimensão ética do trabalho; na pesquisa apareceu diferentes modos de lidar com as questões éticas, como o estabelecimento de contratos claros com as pessoas presas onde fica explícito os papéis de cada um dentro do Sistema e o compromisso ético profissional, reuniões para discutir conduta das pessoas presas e o fazer psicológico, diálogo com os agentes de segurança

que acompanham as pessoas presas aos atendimentos e garantir objetividade e ética nos registros.

Além disso, aparecem várias iniciativas que buscam transformar a realidade dos presídios por meio de práticas inovadoras no campo da Psicologia. As práticas mais citadas são aquelas voltadas para a reinserção social dos(as) egressos(as).

Referências

DAVIES, B. & HARRÉ, R. **Positioning:** The Discursive Production of Selves. *Journal for the Theory of Social Behavior*. França, 1990. v. 20, (1), p. 43-63.

DICIONÁRIO HOUISS on line, disponível em <<http://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: outubro, 2007.

HARAWAY, D. J. **Ciencia, cyborgs y mujeres** – la reinención de la naturaleza. Madrid: Edições Cátedra, 1991.

SPINK, M.J. (Org). **Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano:** aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

SPINK, P. **O pesquisador conversador no cotidiano.** *Revista Psicologia e Sociedade*. V. 20 n.spe Porto Alegre, 2008. Último acesso pelo endereço: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000400010&lng=pt&nrm=iso

Pesquisadores Responsáveis pelo Texto

Jacqueline Isaac Machado Brigagão - Doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP. Docente da Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Pesquisadora colaboradora do Centro de Estudos em Administração e Governo da Fundação Getúlio Vargas.

Peter Kevin Spink - Doutor. Diretor do Centro de Estudos em Administração e Governo da Fundação Getúlio Vargas.

Sérgio Seiji Aragaki – Doutor em Psicologia Social pela PUC/SP. Docente da Universidade Federal de

Tatiana Alves Cordaro Bichara - Mestre em Psicologia Social pela PUC/SP. Pesquisadora do Centro de Estudos em Administração e Governo da Fundação Getúlio Vargas.

Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento – Doutora em Psicologia Social pela PUC/SP. Docente do Centro Universitário Capital/ Pesquisadora do Centro de Estudos em Administração e Governo da Fundação Getúlio Vargas.